

O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990

I. INTRODUÇÃO

O objectivo deste artigo é o de apresentar alguns elementos descritivos que ajudem à interpretação da evolução da economia portuguesa no período que se estende do fim da Segunda Guerra Mundial à actualidade. A maior parte da informação aqui apresentada é bem conhecida. Falta, contudo, fazer um trabalho de ligação entre alguns aspectos importantes da evolução da política e da economia em Portugal ao longo do período em causa. É para isso que esta síntese procura contribuir.

Entre as ligações a fazer conta-se o estudo da relação entre as medidas de política económica levadas a cabo pelo Estado ao longo dos últimos cinquenta anos e a evolução da economia portuguesa. Sabe-se muito sobre as opções de política económica, pautada por marcos importantes, como o I Plano de Fomento (1953-1956), a adesão à EFTA, em 1959, as nacionalizações, em 1975, e a adesão à CEE, em 1986. Mas sabe-se menos sobre os efeitos dessas medidas na economia. Em alguns casos a evolução da economia portuguesa tem sido analisada, não pela leitura dos indicadores económicos relevantes, mas sim a partir das opções de política económica, dando como assente que essas medidas alcançaram os objectivos anunciados nos preâmbulos das leis que delas resultaram. A avaliação do impacto das políticas económicas não será tratada de modo explícito no presente artigo, dada a complexidade desse exercício. Aqui apenas se apresentará em paralelo a descrição dos principais marcos da política económica e do crescimento económico.

A outra ligação que se aborda neste artigo consiste em considerar a evolução da política económica e da industrialização em Portugal, tomando todo o período entre 1945 e 1990, de modo a inserir no contexto próprio alguns acontecimentos de ordem política mais importantes. Assim se poderá mostrar, por exemplo, que por trás da mudança de regime e do turbilhão revolucionário dos anos de 1974 e 1975 se mantiveram algumas características não só da estrutura da economia portuguesa, como seria inevitável, mas também do seu funcionamento, nomeada-

*Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

mente no que diz respeito à intensidade de intervenção do Estado na economia. Será também de particular importância a referência aos antecedentes da política económica e da industrialização do período anterior à Segunda Guerra Mundial, uma vez que nesse período se lançaram algumas bases do papel assumido pelo Estado na industrialização em Portugal depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

II. O ESTADO

No ano de 1945, quando a memória do fim da guerra estava ainda fresca, havia em Portugal um certo optimismo sobre as perspectivas de recuperação da economia e o papel que o Estado poderia desempenhar para alcançar uma maior prosperidade do país. Tal optimismo era uma reminiscência daquele existente no período entre as duas guerras mundiais, altura em que se manifestara um sentimento generalizado de que a economia portuguesa havia avançado alguns passos na direcção das economias mais desenvolvidas do Norte da Europa. Nas décadas de 20 e 30 vivera-se em quase todo o mundo um período de autarcia económica resultante das políticas levadas a cabo para resolver os desequilíbrios financeiros internos e internacionais provocados pela Primeira Guerra Mundial. Consequentemente, alguns sectores da indústria e da agricultura portuguesa, ligados sobretudo à substituição de importações, conheceram um certo impulso pelo facto de terem sido cortados do comércio internacional, impulso que prolongou o do crescimento económico verificado alguns anos antes da guerra¹.

De entre os sectores que mais beneficiaram do fecho das fronteiras, seguindo aquilo que sobre o período tem sido escrito, encontram-se os da produção de cereais e farinha, algumas indústrias de base, de substituição de importações, como a dos adubos químicos e a indústria química. Algumas indústrias ligadas à exportação, nomeadamente resinas, cortiças e conservas alimentares também sofreram um crescimento. Dado o peso do investimento acumulado naqueles sectores, e dada a presumível relação entre os mesmos e a estrutura de vantagens comparativas do País ou da procura interna, o crescimento industrial do período que se seguiu ao fim da segunda guerra, de que trataremos aqui, esteve inevitavelmente relacionado com estes primeiros passos da nova indústria portuguesa².

Ao mesmo tempo que se fechavam as fronteiras ao comércio de importação, e apesar dos problemas associados de redução das remessas de emigrantes e, eventualmente, de importação de capitais, a situação da balança de pagamentos

¹ Para uma análise do período anterior a 1914 conforme com a do presente artigo, v. Lains (no prelo).

² Não existe ainda uma boa síntese sobre a evolução da indústria portuguesa antes da Segunda Guerra Mundial. V., contudo, Fernando Rosas (1994, pp. 63-84), cuja leitura não dispensa a consulta de Ferreira Dias (1946, caps. 2 e 3), Ferreira do Amaral (1947) e Araújo Correia (1950), entre outros.

portuguesa tendeu a melhorar, o que se traduziu numa maior estabilidade monetária e cambial, que teve repercussões imediatas na situação financeira do Estado. O governo pôde passar a conter as suas despesas, que haviam disparado com a guerra de 1914-1918, e recuperar as suas receitas, que tinham atingido, graças à inflação, níveis muito baixos. Simultaneamente, a partir de 1924, diminuiu o défice das contas públicas, recuperando-se o equilíbrio financeiro do Estado em 1928. O reequilíbrio das contas do Estado, que tem sido frequentemente confundido com a entrada de Salazar no Ministério das Finanças, abriu maiores perspectivas à política económica³.

É em tal contexto que deve ser entendida a Lei de Reconstituição Económica de 1935, a qual, se bem que apresentasse algumas características incipientes de planificação, era essencialmente um instrumento com que se procurava dar alguma projecção de médio prazo à aplicação dos saldos positivos previstos no Orçamento do Estado. Cerca de metade dos fundos orçamentados eram, contudo, destinados à defesa⁴. Já antes da Segunda Guerra Mundial estavam asseguradas duas condições para uma maior intervenção do Estado português na economia: o regime de autarcia, que protegia o mercado interno, e a existência de fontes de financiamento público.

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, às condições favoráveis para a intervenção do Estado referidas anteriormente juntava-se uma acumulação excepcional de ouro e divisas no Banco de Portugal e de saldos financeiros no sistema bancário nacional, resultante dos saldos da balança de pagamentos conseguidos antes e durante a guerra de 1939-1945 e do fraco nível de investimento interno⁵. Esta circunstância era particularmente favorável porque a industrialização do país requeria importações de matérias-primas e de equipamentos do estrangeiro, que nem sempre podiam ser pagas pelas exportações ou por outras fontes de meios de pagamento sobre o exterior, como as remessas de emigrantes. Estavam reunidas em Portugal, em 1945, as condições para a defesa de uma maior intervenção do Estado na economia, isto é na promoção do «desenvolvimento». Esta mesma tendência de maior protagonismo do Estado verificava-se também no resto da Europa vizinha de Portugal, onde o planeamento económico, que na Europa ocidental não se identificava com quaisquer posições ideológicas dos

³ Segundo Marques Guedes (s. d., pp. 207-209), as receitas do Estado não conseguiram acompanhar a inflação, uma vez que a cobrança de impostos era autorizada no início de cada ano financeiro, não sendo depois alterada. O mesmo autor faz notar que a estabilização cambial se deveu em grande parte ao acordo celebrado em 1922 entre o governo e o Banco de Portugal, que levou à criação de uma conta corrente especial em cambiais obtidas pela cobrança dos direitos de importação em ouro e pelo depósito obrigatório de metade das receitas em divisas dos exportadores. V. Correia (1938), Valério (1984, pp. 93-94) e Nunes e Brito (1992, pp. 308-311).

⁴ Para a análise desta lei, v. Nunes e Valério (1983), Rosas (1986, pp. 197-205) e Brito (1989, pp. 157-160). Segundo Marcello Caetano (1959), o primeiro verdadeiro plano em Portugal foi o II Plano de Fomento para 1959-1964. V., quanto a isto, Villaverde Cabral (1974, pp. 96-105) e Luciano Amaral (1992).

⁵ V. Correia (1950, pp. 11-16) e Wallich (1951).

governos do pós-guerra, se estava a tornar uma forma de resolver os problemas deixados pela Segunda Guerra Mundial, evitando os desequilíbrios verificados a seguir à primeira guerra, inventariando deficiências, para inclusivamente aplicar os fundos em dólares transferidos dos Estados Unidos sob os auspícios do Plano Marshall⁶.

A realização de planos económicos foi também uma obrigação para os países recebedores do auxílio americano e esteve na base das negociações levadas a cabo pela primeira organização com projecção na área da coordenação económica internacional, a Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE) e a União Europeia de Pagamentos, organismos a que Portugal aderiu quase desde o início⁷. O primeiro plano português depois da guerra apareceu neste contexto com o cunho de Araújo Correia, tendo depois evoluído para planos cada vez mais detalhados, designados por planos de fomento económico⁸.

O montante dos fundos enviados pelos Estados Unidos para Portugal era, evidentemente, diminuto quando comparado com o nível total de investimento nacional, sendo cerca de dois terços desse auxílio destinado à aquisição aos Estados Unidos de bens de consumo, em particular de trigo. Deve frisar-se que, à semelhança do que acontecia no resto dos países da Europa que acabaram por receber esse auxílio, eles destinavam-se sobretudo a cobrir dificuldades no pagamento dos saldos das contas internacionais dentro da Europa industrializada e entre esta e os Estados Unidos. Essa, aliás, foi a principal razão da aceitação por parte de Portugal do auxílio americano, em 1948, quando a situação da balança de pagamentos se tinha deteriorado significativamente, assim como do abandono do programa em 1951, quando a balança de pagamentos estava de novo reequilibrada⁹.

Apesar da sua pequena dimensão, o facto é que as decisões tomadas em torno da forma como esses fundos deveriam ser aplicados se associaram a decisões sobre as formas de aplicação dos saldos do próprio Orçamento do Estado. Estavam, assim, lançados com uma nova intensidade os dados para uma discussão sobre o «modelo» de desenvolvimento da economia portuguesa. Com essa discussão nasceu, ou renasceu, uma das grandes confusões das interpretações historiográficas da evolução da economia portuguesa ao longo dos tempos.

A discussão em torno do destino a dar aos dinheiros de uma forma ou de outra controlados pelo governo sempre foi uma discussão essencialmente de carácter político e não tanto de carácter económico. Por essa razão, a associação imediata entre o tipo de decisões tomadas e o tipo de desenvolvimento da economia é

⁶ Sobre as questões de economia europeia discutidas neste artigo, v. sobretudo Boltho (ed.) (1991).

⁷ V. Milward (1992b) e Fernanda Rollo (1994, especialmente pp. 149-165).

⁸ O plano foi publicado por Araújo Correia (1950). V. Rollo (1994, pp. 265-268).

⁹ Para o estudo das negociações em torno do Plano Marshall do governo português, v. Rollo (1994) e artigo neste número.

enganosa, sobretudo se não se tiver em conta a verdadeira extensão dos efeitos da política económica na evolução da economia¹⁰. Esses efeitos são muitas vezes menos importantes do que é deixado ver pela série de interpretações de que dispomos sobre estes problemas. Se pensarmos no caso de Portugal entre 1950 e 1973, podemos deduzir que os efeitos da política orçamental, chamemos-lhes assim, não devem ser exagerados. Como se pode ver no quadro n.º 1, os orçamentos dos planos de fomento previam aplicações que foram subindo paulatinamente até cerca de 40% do valor da formação bruta de capital fixo do período correspondente, valor que é, a todos os títulos, elevado. No entanto, se atendermos à forma de financiamento também prevista, verificamos que a partir do I Plano de Fomento ela era, acima de tudo, privada. O Estado só financiava cerca de um terço das despesas de investimento dos planos, o que acabava por se traduzir numa parte do investimento total do país, no máximo, de 15%. Mais importantes, como sempre, do que a política orçamental implícita nestes projectos de planificação, eram as políticas monetária, cambial e fiscal, as quais, contudo, não têm merecido a devida atenção e caem fora do tema deste artigo¹¹. A importância dos investimentos públicos previstos só se torna significativa com o II Plano de Fomento, quando o sector público alcançaria 54,5% do total dos investimentos previstos, o que representaria cerca de 11% do total da formação bruta de capital fixo do período correspondente (1959-1964)¹². Relativamente ao III Plano de Fomento (1968-1973), elaborado em plena guerra colonial, verifica-se que a tendência anterior se manteve, o que levou Pereira de Moura (1973) a criticá-lo, porque, nas suas palavras, «o sector público tem reduzido os seus ritmos crescentes de realização precisamente quando a economia metropolitana [isto é, portuguesa] exercia um esforço decisivo para um dia poder alinhar com o Ocidente europeu»¹³.

Considerando o seu carácter essencialmente político, a leitura do debate em torno das aplicações dos fundos controlados directamente pelo Estado traz algumas lições importantes. Notamos em primeiro lugar, como já foi salientado por outros autores, o crescente interesse na industrialização do país, à qual não poderia deixar de estar associada a contracção do papel da agricultura no crescimento económico nacional. Este interesse pela industrialização radicava na necessidade de tornar o país menos dependente de algumas importações. Neste âmbito de preocupações se compreende a decisão de investir fundos públicos em indústrias base, dos adubos químicos, do ferro, do cimento e de equipamentos industriais, e na produção de energia. Em 1945 ainda não se sabia que o país

¹⁰ Um exemplo de demasiada atenção dada a questões políticas na análise económica é o livro de Alfredo Marques (1988).

¹¹ Relativamente aos efeitos da política cambial no período entre 1960 e 1974, pode consultar-se Edgar Rocha (1981), onde se defende que a taxa de câmbio do escudo se encontrava *sobreavaliada*, condicionando o crescimento económico no mesmo período.

¹² V. Marques (1988, quadro n.º 34).

¹³ Moura (1973, p. 193).

passaria a ter nas décadas seguintes uma situação cambial cada vez mais desafiada, em virtude de muitos factores, em que pontificaram o sucesso de algumas exportações, as remessas de emigrantes e, mais tarde, a entrada de investimento estrangeiro¹⁴.

Planeamento em Portugal: aplicações e financiamentos

[QUADRO N.º 1]

	Planos de fomento					
	LRE	I	II	Intercalar	III	PDR (d)
	1935-1950	1953-1958	1959-1964	1965-1967	1968-1973	1994-1999
Aplicações (em percentagem)						
Sector produtivo	32,0	29,3	44,8	55,5	48,4	48,4
Agricultura	30,7	17,4	17,3	8,2	(b) 13,5	(b) 16,0
Indústria	(a) 1,3	11,9	27,5	43,1	25,2	(e) 24,0
Turismo e serviços	—	—	—	4,2	9,7	8,4
Infra-estruturas	68,0	70,3	55,2	43,9	51,5	51,6
Energia	1,5	35,3	21,4	17,0	14,6	0,4
Transportes e comunicações	36,4	32,8	30,8	18,0	(c) 23,8	24,6
Habitação e urbanismo	30,1	—	—	5,4	6,6	2,3
Educação e saúde	—	2,2	3,0	3,5	6,5	(f) 24,3
Total (milhões de contos a preços correntes)	4,4	8	21	35	122	6580
Em percentagem da FBCF	—	14,2%	20,4%	42,9%	39,1%	—
Em percentagem do PIB.	< 2%	2,4%	4,3%	9,6%	10,1%	(g)(9%)
Financiamentos (em percentagem)						
Sector público administrativo	100,0	51,0	23,0	30,0	29,7	12,5
Capital estrangeiro	—	10,0	23,0	n. d.	13,1	(h) 53,2
Empresas públicas e privadas	—	39,0	54,0	n. d.	57,1	34,3

LRE = Lei de Reconstituição Económica; PDR = Plano de Desenvolvimento Regional.

(a) Minas.

(b) Inclui pescas.

(c) Inclui «melhoramentos rurais».

(d) Por motivos de comparação, tomou-se a composição por sectores da alínea «Fortalecer a base económica regional», não explicitada na fonte, igual à da média nacional.

(e) Inclui o programa específico para os têxteis RETEX.

(f) Inclui formação profissional e ambiente.

(g) Projeção da fonte, sendo o PIB para 1994-1999 estimado com base numa taxa de crescimento média anual de 3% para 1993-1999.

(h) «Subvenções comunitárias».

Fontes: Nunes e Valério (1983, pp, 342 e 353), Nunes e Brito (1992), MPAT (1993) e Neves (1994, pp, 210-211).

¹⁴ Para as propostas de investimento público sob o primeiro plano, v. Correia (1950, pp. 166-168).

O optimismo do imediato pós-guerra esmoreceu logo em 1947 face às dificuldades na balança de pagamentos, resultantes do fraco comportamento das exportações e da necessidade de utilizar as reservas cambiais acumuladas durante a guerra para regularizar o abastecimento de produtos alimentares no país, pondo fim ao sistema de racionamento e ao mercado negro¹⁵.

As dificuldades sentidas em 1948 refrearam os ímpetos mais intervencionistas e os planos mais ou menos grandiosos de sonhadores como Ferreira Dias. A resolução do problema dos pagamentos internacionais do país, como em outras alturas da história, passou a dominar as preocupações do governo. Era necessário prosseguir com a contenção de importações, à semelhança do que se fizera com o trigo desde finais do século XIX e, desde os anos 20, com as importações de matérias-primas de base, de adubos e de energia. Tendo como referência o primeiro pós-guerra e a depressão internacional de 1929-1932, poucos se atreviam a sonhar, dentro e fora de Portugal, que se avizinhavam anos de crescente prosperidade. Também ninguém podia imaginar que, mais uma vez sob o impulso da recuperação económica da Europa depois de 1950, que absorveu muitos trabalhadores emigrantes portugueses, não se viriam a registar problemas importantes nos níveis de emprego em Portugal. As causas da rápida recuperação das economias industrializadas a partir daqueles anos não são fáceis de identificar, dada a quantidade de factores em jogo. É possível, contudo, estabelecer algumas associações históricas.

A guerra da Coreia, que estalou em 1950, levou à derradeira separação entre o campo ocidental e oriental dos aliados vencedores de Hitler. Dois anos depois, e em consequência da mesma guerra, terminou a ajuda americana à Europa sob a égide do Plano Marshall. Tornava-se então prioritário o rearmamento da Alemanha Ocidental — que constituía, afinal, a fronteira com os países sob controle militar da União Soviética —, tanto mais que os problemas de balança de pagamentos entre os países europeus e entre estes e os Estados Unidos já não eram tão graves como em 1945. Contemporaneamente aos primeiros passos da guerra fria, tomavam lugar entre alguns países da Europa ocidental negociações com vista à coordenação de políticas económicas que visavam restabelecer os equilíbrios nos mercados de alguns produtos essenciais para a recuperação da produção industrial, nomeadamente o carvão e o aço. Destas negociações surgiu a primeira instituição europeia de coordenação económica, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que viria a dar origem à Comunidade Económica Europeia (CEE), criada em 1956, em Roma, entre a França, a Alemanha, a Itália e o Benelux.

A Grã-Bretanha, que tinha ficado deliberadamente de fora da CECA e da CEE, o que se justifica por várias razões, entre as quais o facto de aquele país nunca ter participado tão intensamente no comércio de carvão e aço com os países que fundaram as mencionadas instituições internacionais, formava em

¹⁵ Esse pessimismo ou preocupação está patente em Águedo de Oliveira (1947) e Araújo Correia (1950).

1959, juntamente com os países escandinavos seus vizinhos e outros países «deserdados» da CEE, a EFTA. Essa associação visava essencialmente a redução de barreiras alfandegárias entre os seus membros, não pretendendo estabelecer mecanismos de coordenação económica entre os diferentes governos, ao contrário do que se pretendia fazer com a Comunidade Económica Europeia¹⁶.

Relativamente aos primeiros passos ensaiados em 1947 sob a égide do Plano Marshall americano, e que deram origem à Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE), a que o governo português acabou por aderir, não por convicção política, mas pela necessidade de saldar as contas externas do país, muito tinha mudado. Com a criação da CEE e da EFTA passou-se de uma mera administração das balanças de pagamentos à escala internacional para a formação de associações de comércio cujo objectivo era a coordenação económica, no caso da CEE, e, coisa nova desde 1914, para o restabelecimento do comércio livre.

Esta novidade não podia deixar de assustar os governantes, os industriais e os agricultores portugueses. Portugal era um país cuja economia, de uma forma ou de outra, tinha vivido protegido do exterior. Se durante o século XIX essa protecção fora «meramente» aduaneira, o seu âmbito foi alargado à intervenção directa do Estado em determinados investimentos, sobretudo de carácter industrial. O trabalho e o investimento aplicados sob protecção tinham atingido uma tal importância no país que ninguém se podia sentir tranquilo com as novidades do comércio livre emanadas pelas novas organizações internacionais europeias. As indústrias que emergiram em Portugal nas décadas de 20 a 40 — dos adubos, da química e do petróleo e dos cimentos — simplesmente não eram competitivas a nível internacional e, conseqüentemente, não podiam ser deixadas ao abandono, às livres forças do mercado internacional.

Os acordos comerciais que deram origem às instituições comunitárias na Europa foram celebrados por forma não só a estabelecer laços comerciais mais estáveis e reduzir barreiras alfandegárias, mas também para garantir a prossecução das políticas internas de estímulo à produção levadas a cabo a seguir à Segunda Guerra Mundial. É preciso ter em consideração a intensidade das relações comerciais que Portugal tinha na Europa, nomeadamente no que diz respeito aos produtos que estiveram na base das negociações da CECA e da CEE, para perceber até que ponto o país estava longe de poder participar nesses acordos¹⁷.

Depois do curto optimismo resultante da situação desafogada na balança de pagamentos dos anos entre 1945 e 1947, o pessimismo reflectido na literatura sobre a economia portuguesa em finais da década de 40 aumentou com as preocupações relativamente ao comércio livre na Europa. Em matéria de política económica parecia haver um estreito espaço de manobra e, em consequência,

¹⁶ Para o estudo da formação das instituições comunitárias, v. Milward (1992a).

¹⁷ V. Milward (1992a).

pouco mais se fez — ou se diz ter feito — do que continuar num vago caminho da protecção estatal à indústria, que se havia iniciado antes da guerra¹⁸.

A partir de finais da década de 50 a atitude do governo face aos problemas da economia portuguesa sofreu importantes alterações. Aparentemente, não existem sinais de factores exógenos, de ordem política interna ou internacional, que tenham provocado o início da mudança de rumo, de que o primeiro passo foi seguramente a adesão à EFTA, em Janeiro de 1960, e que levaria a uma gradual abertura à concorrência internacional, tanto no que diz respeito às trocas comerciais como ao movimento de capitais e à emigração para a Europa ocidental e América do Norte. Curiosamente, com o susto pregado a Salazar pelo sucesso do candidato da oposição às eleições presidenciais de 1958, Humberto Delgado, e com o início da guerra colonial, em 1961, o sistema político teria iniciado um período de menor abertura e menor diálogo¹⁹.

A decisão de adesão à EFTA esteve ligada à avaliação positiva dos ganhos que a associação poderia trazer para a economia portuguesa, os quais teriam necessariamente de estar associados ao aumento das exportações. Isto é mais plausível se se tiver em consideração que, independentemente das orientações de política económica ou de intervenção directa do Estado no sector industrial, assistiu-se em Portugal durante a década de 50 ao desenvolvimento de alguns sectores industriais com capacidade de exportação para a Europa. Esses sectores não poderiam deixar de ser aqueles em que Portugal detinha algumas vantagens comparativas, nomeadamente os mais intensivos na utilização de mão-de-obra, a qual era cara na Europa industrial relativamente a Portugal. De entre os sectores que estavam preparados para a exportação encontram-se alguns em que Portugal já tinha alguma experiência nos mercados internacionais, como as cortiças, os vinhos, as conservas, e outros em que a experiência era apenas com os mercados coloniais, como o sector do vestuário, o grande sucesso do país nos mercados da EFTA.

Ao mesmo tempo que se assistia a alguns sinais positivos do lado das exportações, nos sectores industriais com que o Estado português se preocupava mais, isto é, os sectores ligados às indústrias básicas, incluindo a produção de energia, registaram-se também resultados animadores, não tanto, provavelmente, quando se considera a produtividade do capital neles investido — cujo custo de oportunidade poderia ser grande —, mas sim quando se consideram os notáveis aumentos de produção. Claro está que praticamente toda a produção destas indústrias básicas era vendida sobretudo no mercado interno, o qual, naqueles anos, ainda dava alguma margem para expansão.

Com início ainda na década de 50, mas acentuando-se com a viragem para a década de 60, a economia portuguesa registou um crescimento superior à média do crescimento das economias dos países industrializados da Europa. Em 1963, ano em que pela primeira vez o valor da produção industrial superou o da

¹⁸ V. Brito (1989, pp. 160-181).

¹⁹ Quanto ao enquadramento político, v., entre outros, César de Oliveira (1992) e Rosas (1992).

produção agrícola, a Europa ocidental via nascer em Portugal a sua última nação industrial.

A industrialização da economia portuguesa teria inevitavelmente de acarretar a diminuição da importância da agricultura na produção nacional. Esta alteração estrutural, inerente ao crescimento económico dos tempos modernos, tem sido vista na literatura mais ou menos especializada sob diversas perspectivas. Uma delas, que dominou a preocupação de grande parte dos historiadores e de alguns autores coevos, é a de que a agricultura portuguesa pagou uma factura demasiado alta pela industrialização do país e que isso aconteceu por via de uma deliberada escolha de política económica favorável à indústria. Como é evidente, esta perspectiva só poderá ser validada uma vez provada a hipótese, que lhe está subjacente, de que a economia portuguesa poderia ter crescido tanto como cresceu ao longo de perto de duas décadas se o Estado tivesse canalizado mais investimentos para o sector agrícola, desviando-os, inevitavelmente, do sector industrial: tal é precisamente o que implicaria uma «reforma agrária», dado que o reordenamento da terra não pode ser feito sem que nela se invista²⁰.

Quando observada no conjunto dos principais países europeus, e considerando os indicadores apropriados, isto é, a evolução da produtividade do trabalho empregue no sector, e não a evolução do produto total, o balanço que se pode fazer da agricultura portuguesa é substancialmente diferente²¹. A referência à agricultura torna-se necessária pela importância que a análise daquilo que se passava no sector veio a ter nas críticas feitas à actuação dos governos de Salazar no campo económico. As críticas começaram a surgir de uma forma mais sistemática e mais fundamentada precisamente na década de 60. Tinha-as havido anteriormente, mais que não fosse vindas de correntes diferentes de um regime que o seu chefe gostava de ver como consensual nesta matéria. Mas foi só naquela década que alguns autores resolveram passar ao papel críticas elaboradas àquilo que alguns deles chamavam de «modelo de crescimento» do governo português. Estava-se longe dos anos de acentuado pessimismo de finais dos anos 40 e começos de 50, porque se tornara evidente que a economia portuguesa estava em franco crescimento. Mas havia um pessimismo relativamente ao futuro da economia no seio de uma Europa e de um mundo cada vez mais concorrencial. Havia a preocupação de que o «modelo» seguido em Portugal pusesse em risco o futuro da economia do país, uma vez que assentava na protecção de determinados sectores em detrimento de outros, tornando a economia dependente de condições conjunturais muito específicas e que poderiam ser alteradas de um momento para o outro.

Em traços largos, o modelo que era criticado era o de uma industrialização baseada em baixos salários pagos na indústria, os quais eram tornados possíveis

²⁰ Segundo Edgar Rocha (1979, pp. 853-854), o investimento realizado na agricultura entre 1960 e 1973 foi suficiente apenas para substituir a saída de mão-de-obra para as cidades e o estrangeiro, explicando-se assim as razões do lento crescimento do produto agrícola. A reforma agrária como meio de estimular o crescimento é retomada por Halpern Pereira (1979, pp. 31-45), Alfredo Marques (1988, pp. 139-143) e Fernando Rosas (1991 e 1994, pp. 61-62). V. a crítica à ideia em Villaverde Cabral (1974, p. 108).

graças àquilo que estes autores pensavam ser a manutenção artificial de um baixo custo de vida, resultante da fixação de preços baratos à agricultura nacional. Isto era perigoso, escrevia-se, porque punha em cheque o desenvolvimento da agricultura nacional. A indústria beneficiaria ainda de preços baixos de matérias-primas de origem colonial, o que, mais tarde ou mais cedo, teria de acabar, não por causa de uma eventual descolonização, coisa em que poucos pensavam no início dos anos 60, mas porque isso perigava o próprio desenvolvimento das colónias portuguesas²².

É interessante notar que as críticas a que acima se fez referência punham em causa as prioridades definidas por aquilo que se considerava o modelo de desenvolvimento do governo de Salazar, mas não punham em causa o seu próprio formato. Por outras palavras, não se ouviam vozes contestando a intervenção do Estado na economia, em particular na indústria. A ideia de que o Estado devia intervir na economia era bem aceite por todos os que escreviam sobre o assunto, apoiados, ainda por cima, pela prática seguida, contemporaneamente, em alguns países industrializados da Europa, nomeadamente a França. O que se começou a pôr em causa, sobretudo a partir de finais dos anos 60, foi o efeito da política económica na distribuição do rendimento nacional e na concentração de riqueza nas mãos dos industriais que beneficiavam da protecção do Estado. Surgiram também os primeiros sinais de preocupação relativamente aos desequilíbrios regionais provocados pela industrialização.

O acompanhamento do debate sobre a política económica do Estado relativamente à década de 60 é mais difícil do que relativamente a períodos anteriores, dado que, devido ao envelhecimento do regime e à crescente contestação da guerra colonial, o debate se tornou cada vez mais ideológico de parte a parte e, porventura em consequência, cada vez mais abafado²³. As críticas vindas de dentro do próprio círculo de apoiantes de Salazar diminuíram de número, só reparando no fim da sua vida e com um pouco mais de vigor depois da sua morte em 1968²⁴. Durante a década de 60 não foi seriamente posta em causa a intervenção do Estado na economia: alguns criticavam o *condicionamento industrial*, base da política industrial do Estado Novo, mas as críticas não eram de questões de fundo. É neste contexto que se deve entender a ausência de discussão relativamente a decisões importantes do regime no sector industrial, como foi nos finais da década a decisão de construir o complexo petroquímico de Sines.

A alteração radical de protagonistas resultante da revolução de 1974 e dos acontecimentos que lhe sucederam não alterou a verdadeira essência da política do Estado português relativamente à indústria, podendo eventualmente defender-

²² A pertinência deste modelo era defendida não só por um dos economistas mais importantes da oposição ao regime, Pereira de Moura (1973, cap. II), como pelo próprio Correia de Oliveira, colaborador de longa data de Salazar e seu ministro da Economia entre 1965 e 1969 (v., quanto a este, Villaverde Cabral, 1974, p. 103).

²³ Cabral (1974, pp. 90-111), muito embora nem sempre se isente dos mesmos problemas, faz uma boa crítica ao debate político sobre questões económicas. Para uma análise da política agrícola de Salazar, v. Lucena (1991) e Brito (1989).

²⁴ V., como melhores exemplos, Eduardo Guerra (1967), porventura um pseudónimo, e Pereira de Moura (1973).

-se que se reforçaram tendências manifestadas anteriormente. Esta continuidade de política não causa surpresa se se considerar o consenso existente durante a ditadura a que acima fizemos referência. De qualquer forma, dificilmente os governos saídos do golpe de 25 de Abril de 1974 teriam podido deixar cair investimentos já realizados ou em fase de instalação ou mudar radicalmente a política industrial em curso. Se alguma coisa foi decidida em 1974 e 1975, foi o reforço da intervenção estatal na indústria e nos outros sectores da economia. Apesar da importância de factores de ordem política, a verdade é que a exploração cabal das nacionalizações de uma grande parte das indústrias básicas em Portugal também não pode deixar de ter em consideração a situação que o país tinha herdado em 1974²⁵.

Entretanto, apesar da crise que já se fazia sentir por todo o mundo a partir de finais de 1973, os primeiros meses a seguir à revolução de Abril de 1974 trouxeram uma nova onda de optimismo quanto ao futuro do país, que não estará em espírito muito distante do optimismo sentido nos dois anos imediatos ao fim da Segunda Guerra Mundial. Para além do optimismo inerente às revoluções, as quais fazem pensar que se pode emendar tudo aquilo que se consideravam erros do passado, o facto é que em 1974, tal como em 1945, a situação das reservas em divisas e em ouro nos cofres do Banco de Portugal era relativamente desafogada. Contudo, esse optimismo foi também de breve duração, dado que o défice comercial cresceu significativamente em relação ao período anterior a 1974, não sendo isso compensado nem por remessas de emigrantes, nem pela entrada de capitais estrangeiros, nem pelas receitas de turismo. Logo em 1977 estavam esgotadas as reservas em moeda estrangeira existentes em 1973²⁶.

A política industrial que se seguiu à revolução foi determinada pelas emergências conjunturais. Há muito que não se vivia uma aflicção constante com a balança de pagamentos como se viveu nos anos entre 1977 e 1982. Mais nada havia a fazer senão desvalorizar a moeda nacional para conter as importações, o que deprimiu o crescimento do investimento, dada a sua tradicional dependência da aquisição de bens intermédios no estrangeiro, protegendo por tabela os principais sectores industriais do país, que eram, evidentemente, os mesmos de sempre. O Estado mantinha-se presente. Contudo, alguns sinais de diversificação industrial apareceram com mais força do que era costume, o que se deveu à manutenção de um ritmo satisfatório do crescimento das exportações e do aumento do consumo interno²⁷.

Só depois de meados da década de 70, sob a influência de economistas entretanto emigrados para os Estados Unidos, é que começaram a tomar voz algumas

²⁵ Para uma descrição dos principais sectores em que o Estado e a banca se haviam interessado antes de 1974, v. Ribeiro *et al.* (1987).

²⁶ V. Cravinho (1986, pp. 117-119) e, para a evolução das finanças externas até aos anos mais recentes, v. Corkill (1993, pp. 46-52).

²⁷ V., para os anos imediatos à revolução, Abel *et al.* (1977) e, para o período mais recente, Baklanoff (1990).

opiniões que defendiam a redução do peso do Estado na economia. Estas críticas a práticas há muitos estabelecidas no país visavam sobretudo quebrar os excessos derivados das nacionalizações, que tinham atingido os sectores mais importantes da economia. Defendia-se uma economia liberta da tutela do Estado porque se defendia a ideia de que só assim Portugal poderia fazer face aos novos passos da sua gradual abertura ao exterior, nomeadamente a sua adesão à CEE, que começou a ser debatida com o início da década de 1980²⁸. Talvez ainda não se pudesse imaginar na altura que a adesão à Comunidade Europeia, em 1986, viria a reforçar o papel interventor do Estado, em particular na indústria, mas também na construção de infra-estruturas e, mais tarde, até na investigação universitária, dado que, com a adesão, o Estado português passou a administrar novas receitas, sob a forma de transferências orçamentais, a que se deu o nome de «fundos estruturais»²⁹.

III. A INDUSTRIALIZAÇÃO

Apesar dos avanços quanto à cobertura estatística da economia portuguesa relativamente aos anos mais recentes, o facto é que as séries de que dispomos para a evolução dos principais agregados macroeconómicos para o período entre 1945 e 1990 são ainda bastante insatisfatórias³⁰.

Para os anos anteriores a 1947, primeiro das contas nacionais portuguesas, a situação é, evidentemente, pior. Dispomos de estimativas provisórias para o crescimento do produto agrícola e industrial para os anos entre 1920 e 1939, baseadas nas estatísticas oficiais das principais produções nacionais, e para o produto nacional em 1938, a partir das quais estimámos o crescimento da economia portuguesa no período anterior a 1947³¹.

A periodização aqui apresentada do crescimento do PIB em Portugal entre 1920 e 1990 baseia-se na comparação das taxas de crescimento entre anos que representam *máximos* de produção, dado que essa é a melhor forma de detectar as variações na tendência do crescimento das variáveis em causa, sendo preferível a uma periodização definida a partir de datas consideradas como marcos de mudanças políticas do país. No quadro n.º 2 estão patentes as taxas de crescimento da agricultura, da indústria e dos serviços para todo o período. Aí se podem observar alguns factos conhecidos do crescimento económico em Portugal. A ideia de que

²⁸ O melhor repositório dessas críticas encontra-se em Vários (1977 e 1980). V. também Macedo e Serfaty (1981).

²⁹ Uma medida do aumento do peso do Estado na economia é dada pelo facto de em 1992 o investimento público representar 17% do investimento total no país, contra 11% em 1983-1985. V. Abel Mateus (1994, p. 19).

³⁰ O melhor trabalho de compilação de estatísticas, que ultrapassa quaisquer esforços anteriores e sobre o qual assenta grande parte da informação quantitativa em que se baseia o presente artigo, é o apêndice estatístico em Neves (1994).

³¹ V. Bardini *et al.* (no prelo). Nunes *et al.* (1989) apresentam estimativas indirectas para a evolução do PIB antes de 1947, as quais, contudo, não são fiáveis para análises de curto ou médio prazo. V., para a discussão dessas estimativas, Lains e Reis (1991) e Nunes *et al.* (1992).

os anos imediatos à introdução da campanha do trigo, isto é, de recrudescimento do proteccionismo agrícola, em 1929, tinham sido anos de crescimento da produção cerealífera e da agricultura em geral, por exemplo, é confirmada pelos valores do quadro. São também bem conhecidos os limites desse crescimento autárquico, uma vez que nem a agricultura portuguesa protegida ganhou capacidade de exportação, nem o mundo dos anos 1930 era muito favorável à expansão das exportações. O lento crescimento agrícola verificado a partir da década de 50 é também sobejamente conhecido, muito embora apareçam dois curtos períodos de relativa recuperação de que pouco se tem falado. O primeiro foi logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, entre 1947 e 1951, no qual o produto agrícola cresceu ao ritmo de 4,6% ao ano, e o segundo foi em anos mais recentes, entre 1980 e 1987, a que correspondeu uma taxa de crescimento anual de 2,4%.

Crescimento da economia portuguesa, 1920-1990
(taxas de crescimento entre anos de máximo, em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

PIB		Agricultura		Indústria		Serviços		População	
1923-1934	4,5	1925-1934	4,4	1923-1930	6,2	n. d.		1923-1934	1,3
1934-1937	-0,1	1934-1939	-2,0	1930-1937	4,3	n. d.		1934-1937	1,3
1937-1947	1,7	1939-1947	0,9	1937-1948	2,7	1938-1948	2,6	1937-1947	1,0
1947-1951	3,1	1947-1951	4,6	1948-1952	1,8	1948-1952	4,2	1947-1951	0,8
1951-1957	4,2	1951-1957	0,6	1952-1956	5,8	1952-1955	5,7	1951-1957	0,4
1957-1965	5,5	1957-1965	1,3	1956-1966	8,6	1955-1964	4,9	1957-1965	0,4
1965-1973	7,2	1965-1973	1,1	1966-1973	8,6	1964-1973	7,2	1965-1973	-0,5
1973-1980	3,5	1973-1980	0,8	1973-1980	2,8	1973-1980	4,7	1973-1980	1,2
1980-1990	2,5	1980-1987	2,4	1980-1990	2,3	1980-1992	3,3	1980-1990	0,4
1923-1947	2,8	1925-1947	1,6	1923-1948	4,1	n. a.		1923-1947	1,2
1947-1973	5,4	1947-1973	1,6	1948-1973	7,0	1948-1973	5,7	1947-1973	0,2
1973-1990	2,9	1973-1987	1,6	1973-1990	2,5	1973-1992	3,8	1973-1990	0,7

Nota. — Até 1939 a taxa de crescimento do PIB é dada pela soma ponderada das taxas de crescimento do produto agrícola e industrial.

Fonte: Bardini *et al.* (no prelo).

O produto industrial cresceu mais rapidamente entre 1923 e 1930, diminuindo no período seguinte, entre 1937 e 1952. O pessimismo demonstrado pelos analistas a partir de 1947 revelou-se de certo modo justificado. Contudo, logo em 1952 começou um período de franca recuperação do crescimento industrial, a qual se acentuou de 1956 em diante até 1973. A interpretação desta periodização pode trazer algumas conclusões importantes, nomeadamente quanto à explicação do início do fim da autarcia económica ensaiado com a adesão à EFTA. A que nos ocorre aqui é a de que a autarcia foi abrandada em 1960 porque no sector industrial se tinham, entretanto, verificado alguns anos de expansão, que terão permitido o desenvolvimento da capacidade de exportar por parte de alguns sectores industriais. O mesmo tipo de raciocínio se poderá aplicar à realização

de acordo com a CEE pelo governo de Marcello Caetano em 1972, ano que se situa no fim de um período de muito rápido crescimento que durou entre 1956 e 1973³². A contracção do crescimento industrial a partir de 1973, assim como o rápido crescimento dos anos anteriores, estão, evidentemente, relacionados com a profunda alteração de tendências de crescimento no conjunto dos países industrializados, em particular naqueles que formam a OCDE.

O sector dos serviços comportou-se como amortecedor das flutuações cíclicas do crescimento dos outros sectores da economia. Assim, o produto dos serviços cresceu mais lentamente do que a indústria nos momentos de mais rápida expansão desta, nomeadamente entre 1952 e 1973, e mais rapidamente nos momentos de menor expansão industrial, isto é, depois de 1973. O ano de 1973 não representou uma alteração tão «traumática» para o sector dos serviços como para o sector industrial (e agrícola).

Remetendo agora para o gráfico n.º 1, podemos verificar que o rápido crescimento industrial até 1973 não foi suficiente para que o valor do produto industrial ultrapassasse o valor do produto do sector dos serviços, levando ao resultado curioso de em Portugal a indústria jamais ter sido o principal sector da economia. O ano de 1963, por outro lado, marca o período em que o sector agrícola foi ultrapassado pelo sector industrial.

Uma vez identificados os principais ciclos de crescimento económico em Portugal, convém colocar em perspectiva comparada aquilo que aconteceu na última nação industrial da Europa ocidental relativamente a alguns dos países da mesma área. Algumas conclusões importantes se podem extrair das comparações da evolução não só do produto como do emprego e também da produtividade do trabalho. No quadro n.º 3 essa comparação é feita tendo em consideração as duas grandes épocas de crescimento de 1950 para cá divididas pelo ano de 1973. Entre 1950 e 1973 Portugal apresentou das taxas de crescimento do PIB mais elevadas do conjunto de países referenciados no mesmo quadro (5,7% ao ano), tendo sido ultrapassado apenas pela Alemanha Ocidental e pela Espanha, provavelmente os países mais martirizados pelas guerras em que estiveram envolvidos. Deve ressaltar-se, contudo, que o crescimento económico em Portugal até 1973, apesar de rápido no contexto dos países referidos no quadro n.º 3, foi até meados da década de 1960 mais lento do que em outros países pobres da periferia europeia, nomeadamente a Jugoslávia, a Grécia e também a parte meridional da Itália³³.

A observação da evolução do emprego em Portugal reportada no quadro n.º 3 leva a algumas conclusões interessantes. Até 1973 o crescimento do emprego foi em Portugal muito baixo (0,2% ao ano), o que se traduziu num crescimento relativamente elevado da produtividade do trabalho; contrariamente, no período seguinte, entre 1973 e 1990, o crescimento do emprego subiu para uma taxa anual de 1,7% ao ano, sendo, de longe, o mais elevado do conjunto dos oito países

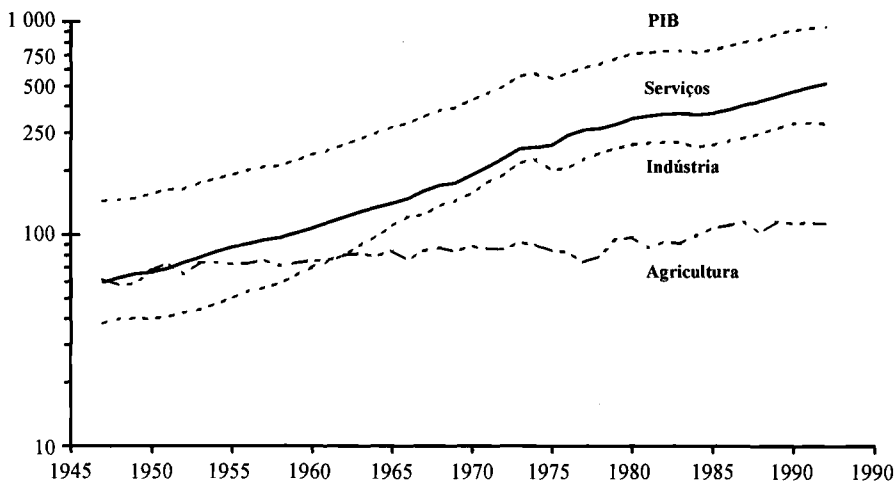
³² Para uma análise detalhada da evolução do sector industrial e das exportações para a EFTA, v. Xavier Pintado (1964, caps. 6 e 8).

³³ V. Xavier Pintado (1964, cap. 1) e ONU (1970b, p.129).

representados no mesmo quadro. Associado a esse facto, o crescimento da produtividade do trabalho em Portugal naquele último período foi dos mais baixos do mesmo conjunto de países, semelhante apenas ao da Suécia, traduzindo-se na ausência do efeito de convergência que se poderia esperar para um país de níveis baixos de produtividade como Portugal.

Crescimento económico em Portugal (1947-1992)

[GRÁFICO N.º 11



Fonte: Neves (1994).

Ao fenómeno da reversão na tendência da evolução do emprego verificada em 1973 pouca atenção se tem dado na análise de longo prazo do crescimento económico em Portugal. Esse fenómeno, contudo, é bem conhecido, tendo sido provocado pelo fim da corrente migratória para a Europa e pelo regresso de retornados das então colónias portuguesas em África. Observando a secção do quadro n.º 3 que diz respeito à evolução comparada do sector dos serviços, podemos verificar que o crescimento do emprego total em Portugal desde 1973 se deveu, em grande parte, a este sector, cuja taxa de crescimento passou de 1,6% ao ano entre 1950 e 1973 para 3,8% no período seguinte, de 1973 a 1990.

Como seria de esperar, o emprego na agricultura diminuiu. O que já não era tanto de esperar é que a diminuição do emprego no país mais rural do quadro tenha sido, entre 1950 e 1973 (- 2,2% ao ano), inferior à dos demais países, à excepção da Espanha. O mesmo se verificou no período seguinte, apesar de a taxa de diminuição anual do emprego na agricultura em Portugal ter aumentado em relação aos anos anteriores, passando para - 2,8% em 1973-1990. Como corolário desta diminuição do emprego, as taxas de crescimento relativamente reduzidas da produção agrícola traduziram-se em taxas de crescimento da produtividade do trabalho relativamente elevadas, mesmo à escala europeia, facto ao qual também não tem sido dada a devida atenção.

Crescimento do produto, emprego e produtividade
(taxas de crescimento anual, em percentagem)

[QUADRO N.º 3]

	Portugal	Espanha	Itália	França	Dinamarca	Suécia	Alemanha	Reino Unido
Total								
Produto:								
1950-1973	5,7	6,4	5,4	4,8	4,3	3,8	6,1	2,5
1973-1990	2,9	2,7	2,8	2,5	2,1	2,0	2,3	1,9
1950-1990	4,5	4,9	4,3	3,8	3,4	3,0	4,4	2,2
Emprego:								
1950-1973	0,2	0,8	0,1	0,3	0,8	0,4	1,2	0,4
1973-1990	1,7	0,4	0,8	0,1	0,4	0,9	0,3	0,4
1950-1990	0,8	0,3	0,4	0,2	0,6	0,6	0,8	0,4
Produtividade:								
1950-1973	5,5	5,6	5,3	4,5	3,5	3,4	4,8	2,1
1973-1990	1,2	3,2	2,0	2,4	1,7	1,2	2,0	1,5
1950-1990	3,7	4,6	3,8	3,6	2,7	2,4	3,6	1,8
Agricultura								
Produto:								
1950-1973	1,3	2,6	2,4	2,2	1,2	0,5	2,6	2,6
1973-1990	1,2	1,3	0,8	1,5	3,8	0,9	1,6	2,3
1950-1990	1,3	2,1	1,7	1,9	2,3	0,6	2,2	2,5
Emprego:								
1950-1973	-2,2	-2,0	-4,3	-3,1	-3,5	-4,4	-3,9	-2,6
1973-1990	-2,8	-4,6	-2,5	-3,3	-2,7	-2,9	-4,1	-1,5
1950-1990	-2,4	-3,1	-3,5	-3,2	-3,2	-3,8	-4,0	-2,2
Produtividade:								
1950-1973	3,5	4,7	7,0	5,5	4,8	5,1	6,8	5,3
1973-1990	4,0	6,2	3,4	5,0	6,7	3,8	5,9	3,9
1950-1990	3,7	5,3	5,4	5,3	5,6	4,5	6,4	4,7
Indústria								
Produto:								
1950-1973	7,6	8,2	7,0	5,9	4,7	4,6	6,8	2,7
1973-1990	2,5	2,1	2,6	1,5	1,5	1,5	1,0	1,1
1950-1990	5,4	5,6	5,1	4,0	3,3	3,3	4,3	2,0
Emprego:								
1950-1973	1,8	2,7	1,7	0,8	1,0	0,4	1,6	0,1
1973-1990	1,8	-1,1	-0,6	-1,5	-0,8	-0,6	-0,7	-1,7
1950-1990	1,8	1,1	0,7	-0,2	0,2	0,0	0,6	-0,7
Produtividade:								
1950-1973	5,8	5,4	5,2	5,0	3,7	4,2	5,1	2,6
1973-1990	0,7	3,2	3,1	3,0	2,3	2,0	1,8	2,8
1950-1990	3,6	4,5	4,3	4,2	3,1	3,3	3,7	2,7
Serviços								
Produto:								
1950-1973	6,0	6,1	5,0	4,4	4,5	3,7	5,7	2,3
1973-1990	3,7	3,3	3,1	3,1	2,3	2,4	3,3	2,4
1950-1990	5,0	4,9	4,2	3,9	3,5	3,2	4,7	2,4
Emprego:								
1950-1973	1,6	1,0	2,3	1,1	2,2	3,5	2,6	0,9
1973-1990	3,8	1,5	2,5	1,6	1,4	1,8	1,6	1,7
1950-1990	2,5	1,7	2,4	1,3	1,9	2,8	2,2	1,3
Produtividade:								
1950-1973	4,4	4,1	2,7	3,3	2,2	0,2	3,0	1,4
1973-1990	-0,1	1,7	0,6	1,5	0,9	0,6	1,6	0,7
1950-1990	2,5	3,1	1,8	2,6	1,7	0,4	2,4	1,1

Fontes: Van Ark (1994, quadros n.ºs 1, 2, 4 e 7) e, para Portugal, estimado a partir de Neves (1994).

Recorde-se que em muitas análises o crescimento agrícola aparece como uma condição importante — alguns diriam necessária — do desenvolvimento do sector industrial, pois funcionaria como principal factor de alargamento do mercado interno de consumo de produtos industriais. Evidentemente que estas análises não tomam em consideração que uma rápida industrialização não depende apenas do crescimento da procura, sobretudo apenas da procura interna, e, mais importante ainda, do consumo interno apenas do sector agrícola. A agricultura dificilmente poderia constituir um mercado importante para a indústria³⁴. Em 1960, quando o produto da agricultura atingia 23% do valor do produto nacional em Portugal, ela adquiria dos restantes sectores da economia menos de 10% do valor da sua produção, sendo a maior parte adquirida ao sector de «comércio e transporte»³⁵.

Após 1973, ao contrário do que sucedeu nos outros países, onde diminui paulatinamente o emprego industrial, a taxas entre -0,6% no caso da Itália e -1,7 % no caso do Reino Unido, o emprego industrial em Portugal continuou a crescer ao ritmo que se verificara anteriormente a 1973, isto é, 1,8% ao ano. Dado que o produto industrial, como já vimos, sofreu uma quebra no seu ritmo de crescimento, houve uma notável redução da produtividade da mão-de-obra empregue na indústria entre 1973 e 1990, baixando para um crescimento anual de 0,7%, quando tinha sido de 5,8% no período anterior. Igual observação se pode fazer relativamente ao sector dos serviços.

Atendendo a que a evolução do emprego esteve sob a influência de factores exógenos desde, pelo menos, meados da década de 50 até finais da década de 70, concretamente a emigração e o retorno das antigas colónias portuguesas, podemos deduzir que, mantendo-se um ritmo constante de crescimento da produção, terão sido os movimentos no emprego que determinaram alterações na produtividade do trabalho em Portugal, e não o contrário. Assim, pode concluir-se que a redução do crescimento da produtividade do trabalho depois de 1973 deveu-se, em certa medida, às alterações acima referidas quanto à migração internacional dos trabalhadores portugueses. A leitura do gráfico n.º 2, onde se apresentam as curvas de crescimento da população total de Portugal e da população activa, leva à conclusão adicional de que nos anos desde o início da década de 70 se começou a pagar a factura da emigração. Com efeito, o crescimento da força de trabalho depois de 1970 aparece nesse gráfico como a recuperação do crescimento tendencial iniciado antes da década de 50.

O elevado crescimento do produto industrial entre 1923 e 1937 foi acompanhado de um crescimento lento da mão-de-obra empregue (v. quadro n.º 4), o que poderá ser explicado pela maior procura de trabalho na agricultura, cuja produção, graças à protecção concedida aos cereais, aumentou naquele período, sem que tivesse havido alterações significativas no emprego de capital no

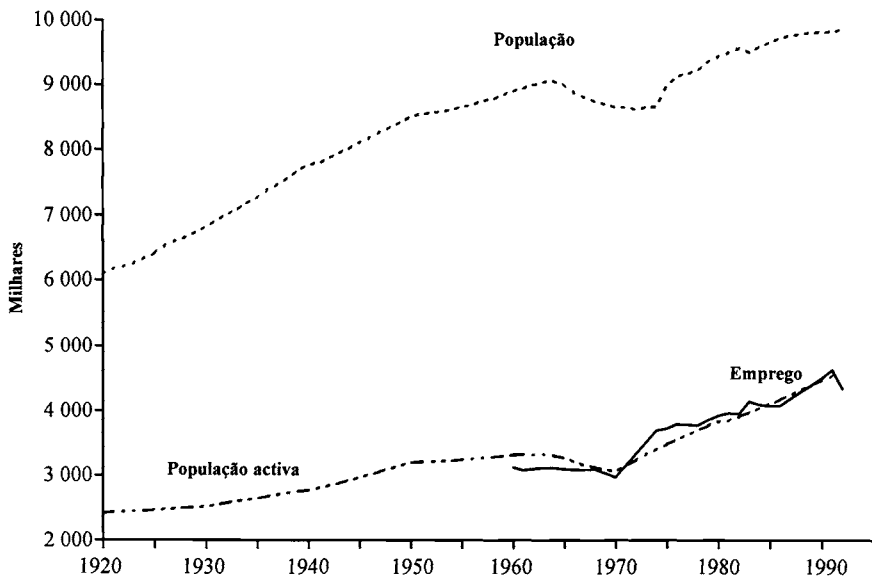
³⁴ Segundo Rocha (1979, p. 833) os excedentes da balança de pagamentos verificados entre 1960 e 1974 significaram que o défice comercial na agricultura não constituía um problema. V. também Rocha (1984, pp. 95-97).

³⁵ V. Alves e Silva (1965, pp. 53-58).

sector³⁶. Data deste mesmo período a introdução no país de alguns dos novos ramos industriais que iriam marcar o crescimento industrial nos anos seguintes, tais como a indústria do cimento, dos adubos e de produção de energia. Assim, aquilo que nos aparece por vezes como o interesse do Estado português em sectores tecnologicamente mais avançados, e que poderia aparecer como um erro de política industrial para um país pobre em que o factor abundante é o trabalho, poderá, afinal, traduzir-se como sendo uma resposta natural face à necessidade de aumentar a produção industrial, essencialmente para substituir importações, sem recorrer ao aumento da força de trabalho, dada a sua maior procura no sector agrícola. Desenhavam-se, assim, como consequência da economia protegida como era a portuguesa de então — ou, melhor dizendo, como consequência das perturbações na economia internacional, que terão determinado, em última análise, a protecção —, as bases de uma industrialização intensiva na utilização de capital, cujas consequências se iriam arrastar durante largos anos no futuro da indústria portuguesa³⁷.

Evolução da população e do emprego em Portugal (1920-1992)

[GRÁFICO N.º 2]



Fonte: Neves (1994).

³⁶ V., para a análise do crescimento do produto agrícola neste período, Gomes *et al.* (1944) e Morais e Castro (1945).

³⁷ O mesmo tipo de tendência se terá verificado em outras economias europeias em período semelhante. V. Gerschenkron (1962).

Crescimento do produto e da produtividade industrial
(taxas de crescimento entre anos de máximo, em percentagem)

[QUADRON.º 4]

	Produção	População activa	Emprego	Produtividade (b)
1923-1930	(a) 6,3	-0,3	n. d.	6,6
1930-1937	(a) 4,3	2,0	n. d.	2,3
1937-1948	(a) 2,7	2,7	n. d.	0,0
1948-1952	1,8	2,3	n. d.	-0,5
1952-1956	5,8	2,2	n. d.	3,7
1956-1966	8,6	1,4	n. d.	7,2
1966-1973	8,6	2,1	1,7	6,5
1973-1980	2,8	3,5	2,4	-0,7
1980-1990	2,3	0,7	1,0	1,6
1923-1948	4,2	1,7	n. d.	2,6
1948-1956	3,8	2,2	n. d.	1,6
1956-1973	8,6	1,7	n. d.	6,9
1973-1990	2,5	1,8	1,6	0,7

(a) Indústria transformadora.

(b) Crescimento do produto menos crescimento da população activa ou do emprego (desde 1966).

Fonte: Calculado a partir de Bardini *et al.* (no prelo) e de Neves (1994).

Ao primeiro salto no crescimento do produto industrial português, terminado logo em 1937, seguiu-se uma fase de menor crescimento até 1952. Segundo algumas análises da indústria portuguesa, os anos da Segunda Guerra Mundial teriam sido particularmente favoráveis em virtude da abertura de alguns mercados para a exportação de produtos industriais³⁸. Todavia, a partir dos valores dados no quadro n.º 4 podemos concluir que esses efeitos de sinal positivo terão tido uma extensão relativamente reduzida, tendo sido ultrapassados pelos efeitos negativos derivados de dois factores cuja acção só pode ser aqui apresentada de forma hipotética. O primeiro é que o ano de 1937 terá marcado o fim do salto industrial em virtude de dificuldades surgidas com a aquisição de matérias-primas ao estrangeiro, essenciais à alimentação da indústria pesada portuguesa. O segundo é que o crescimento industrial das décadas de 20 e 30 foi de substituição de importações, o que o limitou, dada a dimensão do mercado interno português. Acresce a estes problemas o facto de a partir de 1934 — também em virtude do provável esgotamento do mercado interno — a agricultura ter entrado em recessão, deixando de absorver mão-de-obra, que aparece, assim, em expansão no sector industrial³⁹. Como consequência, o crescimento da produtividade do trabalho na indústria foi quase nulo no período entre 1937 e 1948 e negativo entre 1948 e 1952.

³⁸ V. Telo (1991) e Rosas (1994).³⁹ V., relativamente aos problemas derivados do protecçãoismo e da dimensão do mercado interno, Jaime Reis (1992).

O período entre 1952 e 1956 marcou o início da viragem mais importante da industrialização portuguesa, verificando-se uma taxa de crescimento do produto industrial de 5,8% ao ano a que correspondeu uma taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra industrial de 3,7% ao ano. A partir de 1956, o crescimento do produto industrial foi ainda superior, mantendo-se até 1973, tendo o crescimento do emprego diminuído ligeiramente a partir de então, implicando que o crescimento da produtividade do trabalho industrial se elevasse a um nível a todos os títulos notável, isto é, de 6,9% ao ano entre 1956 e 1973.

No período seguinte, entre 1973 e 1990, as tendências associadas do crescimento do produto, emprego e da produtividade alteraram-se de modo muito significativo. Não só se verificou um abrandamento do ritmo de crescimento industrial, como se verificou um aumento considerável na taxa de crescimento do emprego na indústria, a que se associou, inevitavelmente, um mau comportamento para a evolução da produtividade.

Mas o ano de 1973 marcou uma outra alteração importante no crescimento industrial português, a saber, a diminuição da contribuição dos sectores de indústrias básicas e de maior intensidade de utilização de capital para o crescimento do produto industrial. Essa alteração está patente no quadro n.º 5, onde se apresenta a evolução da composição da indústria portuguesa segundo os principais sectores. Segundo se pode ver, não houve grande alteração na composição da indústria portuguesa, sucedendo que as tendências de transformação ocorridas até 1973, em que começaram a ganhar mais peso precisamente as indústrias de base a que se refere, em termos gerais, a metade inferior do quadro, se invertiram a partir daquele ano. Por exemplo, o sector da alimentação, bebidas e tabaco, cujo peso vinha a diminuir até atingir um valor de 21% do produto da indústria transformadora em 1973, aumentou ligeiramente depois desse ano. O mesmo sucedeu no caso do sector dos têxteis, vestuário e calçado, se bem que a inversão de tendência se tenha dado antes, em 1966: até este ano o peso deste sector diminuiu, aumentando desde então. Neste caso, a alteração de tendência não pode deixar de estar associada à exploração dos mercados da EFTA para a exportação de produtos da indústria têxtil, na qual Portugal deveria seguramente ter algumas vantagens. Relativamente a sectores que estão presumivelmente associados a uma maior utilização do factor capital, nomeadamente da química e borracha e dos produtos metálicos e material de transporte, verifica-se uma tendência inversa à dos sectores acima mencionados, tendo o seu peso na produção industrial total crescido até 1973 e diminuído desde então.

O crescimento dos sectores associados às indústrias básicas, incluindo a produção de energia, foi bastante acentuado até 1973, chegando o sector da metalurgia de base a atingir uma taxa de crescimento anual de 15,5% durante os oito anos que decorreram entre 1958 e 1966 (v. quadro n.º 6). O sector de químicas e borracha cresceu durante duas décadas, entre 1953 e 1973, a uma taxa próxima dos 10% ao ano, o que significa um aumento de quase sete vezes do volume da produção naquele período.

Produção industrial por sectores

(em percentagem, a preços de 1990)

[QUADRO N.º 5]

	1958	1966	1973	1980	1990
Indústria transformadora					
1. Alimentação, bebidas e tabaco	27,6	24,8	21,0	22,1	22,7
2. Têxteis, vestuário e calçado	21,8	19,8	23,4	24,4	27,4
3. Madeiras, cortiças e mobiliário	2,8	11,9	8,9	6,8	5,0
4. Papel, tipografia e editoriais	7,6	7,6	7,2	6,4	6,8
5. Químicas e borracha	8,5	9,4	10,6	9,3	8,3
6. Minerais não metálicos	4,3	4,2	4,4	5,6	7,3
7. Metalurgia de base	1,5	2,6	2,3	2,5	3,1
8. Produtos metálicos e materiais de transporte	14,7	18,3	21,0	21,5	18,7
9. Diversos	1,2	1,5	1,2	1,4	0,7
Indústria					
10. Indústria transformadora	71,6	67,5	71,5	71,4	70,4
11. Energia e minas	5,6	5,4	5,7	6,2	7,9
12. Construção	22,8	27,1	22,8	22,3	21,7
Total (milhões de contos)	594,8	1196,7	2080,7	2559,0	3189,0

Fonte: Calculado a partir de Neves (1994).

Crescimento industrial por sectores

(taxas de crescimento, em percentagem, a preços de 1990)

[QUADRO N.º 6]

	1953- -1959 (a)	1958- -1966	1966- 1973	1973- -1980	1980- -1990	1958- -1973	1973- -1990	1958- -1990
Indústria transformadora								
1. Alimentação, bebidas e tabaco	4,7	6,9	6,5	3,8	2,3	6,7	2,9	4,7
2. Têxteis, vestuário e calçado	5,6	6,7	11,8	3,6	3,3	9,2	3,4	6,1
3. Madeiras, cortiças e mobiliário	5,1	7,3	4,8	-1,0	-1,0	6,2	-1,0	2,3
4. Papel, tipografia e editoriais	10,7	8,3	8,3	1,2	2,8	8,3	2,1	5,0
5. Químicas e borracha	(b) 0,2	9,7	11,0	1,2	0,9	10,3	1,0	5,3
6. Minerais não metálicos	6,2	8,0	9,8	6,8	4,7	8,8	5,5	7,1
7. Metalurgia de base	14,2	15,5	7,5	3,9	4,4	11,7	4,2	7,7
8. Produtos metálicos e materiais de transporte	11,7	11,4	11,3	3,4	0,7	11,3	1,8	6,1
9. Diversos	12,4	11,6	6,2	5,2	-4,3	9,0	-0,5	3,9
Indústria								
10. Indústria transformadora	7,8	8,3	9,1	3,0	2,1	8,7	2,5	5,3
11. Energia e minas	(c) 1,1	8,6	8,9	4,4	4,6	8,8	4,5	6,5
12. Construção	6,5	11,5	5,6	2,7	2,0	8,7	2,3	5,2
Total (milhões de contos)	7,5	9,1	8,2	3,0	2,2	8,7	2,5	5,4

(a) Preços de 1963.

(b) Químicas e petróleo.

(c) Electricidade.

No quadro n.º 7 mede-se a contribuição do crescimento de cada sector para o crescimento industrial, o que traduz não só a intensidade de crescimento sectorial como o peso de cada sector no produto industrial, no início de cada período considerado. Nesse quadro se pode ver como os sectores da alimentação, bebidas e tabaco e dos têxteis, vestuário e calçado, apesar de terem crescido a taxas mais baixas até 1973, acabaram por contribuir para o crescimento da produção da indústria transformadora portuguesa tanto quanto os sectores básicos, precisamente porque tinham, à partida, um peso mais importante na estrutura industrial do país. De notar também que a importância destes sectores no crescimento industrial aumentou a partir de 1973, chegando o sector ligado às indústrias têxteis a contribuir com pouco mais de 40% do crescimento industrial entre 1980 e 1990. No lado oposto podemos verificar que o sector da metalurgia de base, ao qual porventura se tem prestado maior atenção, nunca contribuiu com mais de 6% para o crescimento industrial do país, situando-se a sua contribuição no período anterior a 1973 entre 2% e 3%.

Contribuições sectoriais para o crescimento da indústria (a)
(taxas de crescimento, em percentagem, a preços de 1990)

[QUADRO N.º 7]

	1953- -1959 (b)	1958- -1966	1966- -1973	1973- -1980	1980- -1990
Indústria transformadora					
1. Alimentação, bebidas e tabaco	10,4	23,4	18,0	27,2	25,8
2. Têxteis, vestuário e calçado	19,2	17,9	26,1	28,7	40,8
3. Madeiras, cortiças e mobiliário	7,6	11,5	6,4	- 3,0	- 3,4
4. Papel, tipografia e editoriais	6,2	7,7	7,0	2,9	9,1
5. Químicas e borracha	12,6	10,1	11,6	4,3	4,2
6. Minerais não metálicos	6,2	4,2	4,6	10,2	13,3
7. Metalurgia de base	3,0	2,9	2,2	3,1	5,6
8. Produtos metálicos e materiais de transporte	28,3	20,6	23,1	24,4	7,6
9. Diversos	6,0	1,7	1,0	2,3	3,1
Indústria					
10. Indústria transformadora	-	65,7	75,5	71,2	67,2
11. Energia e minas	-	5,3	5,9	8,3	12,8
12. Construção	-	29,0	18,6	20,4	20,0

(a) As contribuições sectoriais [c(i)] foram estimadas a partir da expressão

$$c(i) = r(i).a(i) / \sum_{i=1}^9 r(i).a(i)$$

em que r(i) são as taxas de crescimento dos nove sectores industriais considerados e a(i) são as ponderações segundo o valor acrescentado de cada sector no início de cada período.

(b) Preços de 1963.

Fontes: Quadros n.ºs 5 e 6.

No quadro n.º 8 apresentam-se os resultados de um estudo sobre as fontes de crescimento do produto industrial entre os anos para que se dispõe de matrizes intersectoriais⁴⁰. Uma primeira leitura daquele quadro mostra que o produto industrial português cresceu essencialmente a vender para o mercado interno, seguindo-se-lhe as exportações e a substituição de importações em grau de importância. Esta ordem de contribuição dos vários factores de crescimento da procura não foi, evidentemente, igual em todos os sectores de que trata o mesmo quadro. É preciso também notar que a importância das exportações aumentou entre 1959-1964 e 1970-1974 (e, possivelmente, ainda mais no período seguinte, para que não dispomos de informação deste tipo), a passo com o aumento da importância do mercado interno de procura final, enquanto o mercado de substituição das importações teve uma evolução negativa. Do grupo das indústrias viradas essencialmente para o mercado interno destacam-se os sectores básicos das indústrias de produtos metálicos, da metalurgia básica e dos produtos mineiros não metálicos, assim como os sectores de bens de consumo ligados à alimentação e ao vestuário (neste caso, até 1970). Virados essencialmente para a exportação, encontramos sectores baseados, quer na utilização intensiva do factor abundante (mão-de-obra), quer na utilização dos recursos naturais, respectivamente os têxteis (a partir de 1964) e o papel e pasta para papel.

Fontes de crescimento do produto industrial
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8]

	Procura final			Exportações			Substituição de importações		
	1959-1964	1964-1970	1970-1974	1959-1964	1964-1970	1970-1974	1959-1964	1964-1970	1970-1974
Alimentação, bebidas e tabaco	90	68	117	-3	21	16	4	-1	-25
Têxteis	70	-18	52	46	75	81	-5	6	-19
Vestuário e calçado	6	78	44	29	24	80	4	-3	-17
Madeiras, cortiças e mobiliário	80	72	57	39	55	65	1	-8	-5
Papel, tipografia e editoriais	34	20	48	38	69	64	23	-6	-2
Produtos químicos	67	65	103	37	34	59	-3	8	-46
Petróleo e carvão	107	42	55	-8	55	17	18	-3	19
Minerais não metálicos	99	46	101	17	26	11	8	18	-1
Metalurgia de base	63	62	140	20	38	54	33	2	-92
Produtos metálicos	68	64	98	11	24	18	39	-12	-7
Construção e reparação naval	746	41	40	-66	71	93	-204	-8	-9
Diversos	259	57	84	41	27	16	-39	1	0
Indústria	85	71	94	17	21	23	1	1	-11

Nota. — A diferença para 100% da soma em linha corresponde às alterações nos coeficientes técnicos de produção, de importância reduzida em termos gerais, com excepção dos efeitos negativos na reparação e construção naval.

Fonte: Cravinho (1982, pp. 275, 278 e 281); v. também Rocha (1981, p. 299).

⁴⁰ Cravinho (1982); v. também Rocha (1981).

Confrontando a evolução da produção de cada um dos sectores contemplados no quadro n.º 8 com o tipo de mercado para que produziam predominantemente, podemos verificar que os diferentes ritmos de crescimento sectorial não se associam ao predomínio de qualquer das fontes de procura atrás consideradas. Assim, por exemplo, os sectores em que a procura final (interna) foi mais importante do que as exportações — isto é, produtos metálicos, metalurgia básica e produtos minerais não metálicos — apresentam taxas de crescimento tão elevadas como as do sector do papel e pasta, que teve nas exportações a maior fonte de procura. Do mesmo modo se pode notar que as alterações da importância relativa dos mercados interno e externo — como sucedeu no caso dos têxteis, vestuário e calçado — não se associam a alterações nos ritmos de crescimento das respectivas produções. A partir destes elementos conclui-se que a procura para produtos industriais, quer nos mercados internos (incluindo aqueles ligados à agricultura), quer nos mercados externos, não determinou de forma inequívoca o ritmo de expansão da indústria portuguesa, pelo menos no período de mais intenso crescimento terminado em 1973. Com esta conclusão não se pretende negar o papel que a procura pode ter no processo de industrialização, mas tão-só relativizá-lo: a influência dos factores de mercado determinaram certamente a estrutura da indústria portuguesa, mas não tiveram efeitos claros no seu ritmo de crescimento. Deste modo, a maior importância relativa das indústrias têxteis e de produtos alimentares — cujo peso relativo nunca desceu a menos de um terço do produto industrial em todo o período aqui estudado — deverá ser associada ao baixo nível de rendimento *per capita* em Portugal e ao correspondente baixo nível de procura de bens industriais de consumo não essencial.

As alterações verificadas nas contribuições sectoriais para o crescimento do produto industrial vão a par com a diminuição da taxa média de crescimento da indústria portuguesa, que passou de 8,6% ao ano entre 1956 e 1973 para menos de 3% entre 1973 e 1990 (v. quadro n.º 4), embora o crescimento industrial português continuasse a ser superior ao crescimento das indústrias dos países representados no quadro n.º 3, com excepção da Itália. Como vimos, foi o forte crescimento da população empregue no sector que marcou a diferença para Portugal, traduzindo-se num menor crescimento da produtividade da mão-de-obra industrial.

O abrandamento posterior a 1973 poderá ter derivado dos custos de transição de um tipo de industrialização em que se concentraram recursos nos sectores pesados para um outro tipo de industrialização mais dependente na indústria «ligeira». É difícil avaliar os custos de oportunidade provocados pelo enquadramento que o Estado terá imposto aos primeiros passos da industrialização recente da economia portuguesa. No entanto, deve notar-se que isso levou à criação de uma série de infra-estruturas — indústrias básicas, obras públicas ou rede eléctrica — que teriam ajudado à expansão dos restantes sectores industriais, nomeadamente aqueles ligados às indústrias ligeiras. A este propósito, deve mencionar-se também que é possível que o sucesso de alguns futuros ramos exportadores esteja relacionado com este processo de substituição de importações, como se verificou em outros países⁴¹.

⁴¹ V., entre a vasta bibliografia sobre o assunto, Ahmad (1976).

Dada a crescente importância que, historicamente, os mercados externos assumem numa pequena economia aberta em desenvolvimento, a industrialização tem também de corresponder ao padrão das vantagens do país relativamente ao exterior. Contudo, em comparação com outros pequenos países da Europa, Portugal mantinha-se ainda em 1985 como um dos menos abertos ao comércio externo⁴².

No início da década de 70 Portugal era ainda um país relativamente pobre em capital físico e humano, facto que espelha o baixo nível de rendimento *per capita* e reflecte o facto de os níveis de formação de capital fixo terem sido, em Portugal, sempre inferiores aos do resto da Europa, sendo a desvantagem maior quanto à educação e formação profissional do que quanto ao capital fixo⁴³. É importante notar que a relação entre a qualificação da força de trabalho e o nível de riqueza de cada país é bastante menos nítida do que aquela que a existente entre a riqueza e o montante de capital por habitante⁴⁴. A Jugoslávia, por exemplo, tendo um PIB *per capita* semelhante ao português, apresentava em 1970 níveis de escolarização e de qualificação do trabalho bastante mais elevados do que os do nosso país, chegando a aproximar-se dos valores atingidos na Europa ocidental. Destas diferenças pode concluir-se que a formação de uma força de trabalho qualificada depende em menor grau do nível de riqueza do país relativamente ao que acontece com a formação do capital. Esta conclusão é importante no que diz respeito às potencialidades de especialização internacional num país como Portugal, uma vez que aponta para que seja mais acessível o desenvolvimento de vantagens comparativas baseadas em trabalho qualificado do que em capital. Mais adiante constataremos a existência de alguns produtos manufacturados portugueses ligados a sectores com utilização intensiva de mão-de-obra qualificada, que mostraram ter sucesso nos mercados externos⁴⁵.

As diferenças nas dotações de factores produtivos reflectem-se, evidentemente, na estrutura da produção e do emprego industriais, analisadas no quadro n.º 9, no qual se classificam as indústrias e as exportações industriais de vários países segundo as intensidades de utilização de capital, trabalho especializado e não especializado. Da sua leitura se conclui que os sectores com utilização mais intensiva de trabalho não qualificado predominam na estrutura industrial portuguesa, à semelhança do que acontece nos outros países do Sul europeu aí representados. As indústrias que não utilizam significativamente bens de capital na sua produção constituem a maior parte, sendo o caso de Portugal relativamente extremo, sobretudo no que diz respeito à distribuição do emprego.

⁴² V. Drèze e Wyplosz (1986, p. 635) e Neves (1994, p. 69).

⁴³ V. ONU (1981, cap. 4.8).

⁴⁴ V. Leamer (1984, pp. 274-276).

⁴⁵ Tomando como referência o período 1968-1978, Pontes (1981, pp. 224-225) concluiu que o conteúdo tecnológico das exportações industriais de Portugal era próximo do das exportações dos países europeus da OCDE, ao passo que o conteúdo de qualificação da força de trabalho ou de capital humano eram significativamente inferiores.

Intensidade de utilização dos factores na indústria
(em percentagem)

[QUADRO N.º 9]

	Portugal	Grécia	Espanha	Jugoslávia	Europa ocidental
Produção — média dos anos 1970 e 1978: sectores industriais (a)					
Capital e trabalho qualificado	15,7	19,7	22,4	20,7	26,0
Trabalho qualificado	24,0	14,8	25,6	27,6	33,5
Trabalho não qualificado	40,1	38,6	33,7	33,6	23,3
Capital	20,7	27,0	18,3	18,2	17,3
	Portugal	Grécia	Espanha	Jugoslávia	Itália
Exportação — 1965 e 1978: sectores industriais (b)					
Capital e trabalho qualificado:					
1965	18	37	35	32	38
1978	19	39	50	30	36
Trabalho qualificado:					
1965	4	26	19	22	21
1978	12	11	18	31	21
Trabalho não qualificado:					
1965	70	30	35	40	36
1978	63	46	27	35	38
Capital:					
1965	8	7	9	6	5
1978	5	5	5	5	5

(a) Sectores definidos segundo a intensidade de utilização dos factores produtivos.

(b) CEE dos nove, excluindo a França e a Jugoslávia. No que diz respeito à produção e ao emprego, as alterações na estrutura de utilização dos factores não foram significativas; daí apresentarem-se os valores médios.

Fontes: ONU (1981, pp. 4.11-4.14, e 1982, p. 124).

As ligações entre a estrutura industrial e a estrutura das exportações são evidentes. Portugal especializou-se, em consequência, na exportação de produtos intensivos na utilização de trabalho não qualificado. Podemos ainda observar algo que significará uma mudança e a que já se fez referência: o aumento entre 1965 e 1978 do peso dos sectores de exportação industrial que utilizam mais intensamente trabalho especializado (embora não capital), acompanhado da diminuição do sector de utilização intensiva de trabalho não qualificado. O elevado nível de agregação do quadro n.º 9 esconde, evidentemente, algumas diferenças entre países. Por exemplo, em Itália — país que é hoje uma potência industrial mundial — atingia-se em 1978 uma elevada proporção de exportações do sector de utilização intensiva de trabalho não qualificado, superior à da Espanha ou à da Jugoslávia. Um exemplo do que é escondido é o facto de a composição do sector que utiliza intensivamente mão-de-obra não qualificada ser diferente: Portugal

exportava proporcionalmente mais tecidos (cerca de 37% do total da respectiva classe, contra 19% no caso italiano), mais vestuário (28% contra 19%), menos calçado (6% contra 15%) e, finalmente, menos variedade, dada por uma menor parcela residual (30% contra 48%). Num nível ainda maior de desagregação — por exemplo, em que se considerassem diferenças na qualidade dos produtos — ainda se realçariam mais as vantagens italianas relativamente a produtos mais sofisticados, com uma maior proporção de valor acrescentado nacional⁴⁶. Não se podem considerar apenas grandes grupos de produtos para se qualificar a especialização dos países nos mercados internacionais. Daí que o facto de as vantagens comparativas da indústria portuguesa girarem em torno de produtos intensivos na utilização de trabalho — cada vez mais especializado — não implique necessariamente perspectivas sombrias para o desenvolvimento do sector industrial⁴⁷. Em alguns ramos industriais já Portugal tem uma posição forte nos mercados internacionais, incluindo: couros, madeiras, têxteis, vestuário e calçado, e minerais não metálicos. Todavia, para além destes sectores, revelam-se também vantagens comparativas em ramos específicos, como o das máquinas de escritório e das máquinas eléctricas, que ascendiam a 10,6% do valor das exportações de 1978.

A variedade do leque da especialização industrial portuguesa, revelada pelas estatísticas de exportação, tem de ser salientada. O grau de utilização de trabalho qualificado é grande nos diferentes ramos em que a indústria portuguesa apresenta vantagens comparativas. Indústrias como a dos adubos químicos, a dos cabos e fios eléctricos ou a das máquinas industriais eléctricas pertencem ao grupo de utilização intensiva de mão-de-obra qualificada⁴⁸. Num relatório levado a cabo por uma missão do Banco Mundial ao nosso país conclui-se, a dado passo, que, à semelhança do que acontece em outras nações industrializadas, a indústria portuguesa manifestava um elevado grau de comércio intra-ramo, revelando um sucesso relativo espalhado por uma ampla gama de produtos industriais. Segundo aí se conclui: «Se as condições forem boas, podem aparecer casos de sucesso praticamente em qualquer parte⁴⁹.»

Uma primeira indicação do que essas condições possam ser infere-se da observação feita no mesmo relatório relativamente à conclusão que em 1977 uma missão idêntica tinha apresentado relativamente ao futuro — sombrio — do sector das pequenas e médias empresas industriais portuguesas. Segundo o relatório de 1981, tal previsão pessimista não se concretizou devido à «grande tenacidade e flexibilidade» daquele «importante e forte elemento da indústria portuguesa» e, embora posto num segundo plano, devido à afluência dos retornados das antigas colónias. Evidentemente que este sucesso relativo da indústria portuguesa — que, afinal, ultrapassou sem grandes sobressaltos a crise de adaptação às perturbações que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 — é também associado, no mesmo texto, às medidas de política macroeconómica desde então seguidas,

⁴⁶ V. ONU (1981a).

⁴⁷ V. ONU (1981b, cap. 4.16).

⁴⁸ Armindo Silva (1981, p. 73).

⁴⁹ Banco Mundial (1981, p. 102).

das quais sobressaem a desvalorização cambial e a contenção dos salários reais, assim como de algumas medidas conjunturais de apoio às empresas em dificuldades e aos próprios retornados.

O período de intensa industrialização das décadas de 60 e 70 marcou-se pelo desenvolvimento de determinados sectores industriais «básicos». Numa economia pequena e cada vez mais aberta, como a portuguesa, o dinamismo destes sectores dependia da capacidade de concorrência no espaço necessário à sua expansão, os mercados internacionais. Ora, estes mercados, transformados pelos choques petrolíferos de 1973 e 1979, apresentavam condições de concorrência cada vez mais duras, sobretudo para um país periférico sem grande capacidade negocial⁵⁰.

As alternativas à via seguida para a rápida industrialização do pós-guerra, em Portugal, não eram provavelmente muitas. Xavier Pintado (1964) aponta um facto bem conhecido dos economistas do desenvolvimento: apesar da abundância de mão-de-obra, a decisão por determinados investimentos intensivos na utilização de capital poderia ser racional, uma vez que o capital, se bem que escasso em termos macroeconómicos, não o era tanto quando se tratava das decisões concretas dos empresários, dado que as taxas de juro eram mantidas a níveis relativamente baixos graças à acção da política monetária e também porque as iniciativas de investimento eram em número insuficiente, sendo a procura de capital baixa relativamente à oferta. Este autor recorda-nos ainda que a carência de iniciativas empresariais na indústria estava intimamente relacionada com o grau de risco da maior parte dos investimentos, os quais incidiam sobre ramos ainda pouco explorados, dado o carácter incipiente da industrialização portuguesa.

A expansão da indústria das décadas de 50 e 60 não teve precedentes na nossa história económica e abriu perspectivas ao desenvolvimento de certas indústrias básicas e de bens de equipamento, assim como a certos investimentos de grande alcance, de que se podem apontar como exemplos a Lisnave e o complexo de Sines. A rentabilidade desses investimentos, no entanto, implicava a possibilidade de exportação, uma vez que o mercado interno não era, mesmo assim, suficiente⁵¹. Essa possibilidade veio a ser seriamente comprometida pelo desaceleramento da economia mundial depois de 1973.

A propriedade dos grandes projectos industriais encontrava-se nas mãos de alguns potentados económicos e financeiros que vieram a ser desalojados com as nacionalizações de 11 de Março de 1975. Quer porque o volume de recursos financeiros envolvidos era grande, quer porque se sentiu a necessidade política de controlar esta parte estratégica da produção industrial, a política do novo proprietário, o Estado português, foi a de dar continuidade aos mesmos projectos industriais.

A drenagem de recursos que eles representaram (e representam) para a economia nacional carece de uma avaliação correcta. O que significam relativamen-

⁵⁰ V. a análise da evolução dos mercados mundiais (1960-1976) relevantes para Portugal em Constâncio *et al.* (1984, pp. 95-97).

⁵¹ V. Ribeiro *et al.* (1987, pp. 38-47).

te a um recurso escasso no país — o capital — pode ser avaliado pelo crescente peso da formação bruta de capital fixo em sectores como o das indústrias químicas e dos derivados de petróleo, que atingiu 47% do valor acumulado do investimento nacional entre 1974 e 1978⁵². Num nível mais desagregado, o mesmo tipo de considerações se impõe: o sector têxtil, por exemplo, apresenta hoje em dia uma estrutura de produção em forma de pirâmide em que a fiação produz mais do que a tecelagem pode consumir e esta mais do que o necessário para a indústria do vestuário. Esta estrutura é desajustada relativamente às vantagens comparativas do país, uma vez que as fases mais baixas da produção são aquelas que utilizam mais intensivamente o factor capital. Do mesmo modo, o sector das indústrias electro-mecânicas e mecânicas tem uma estrutura distorcida relativamente às principais características da economia envolvente. Enquanto, no seu conjunto, representam uma parcela do valor do produto industrial inferior à média dos nove primeiros países da CEE (cerca de metade), a construção naval, um ramo tipicamente da indústria pesada, representa uma proporção tripla da que se verifica no mesmo conjunto de países (ou seja, 15% contra 5%), ao passo que os sectores mais «leves», como o das maquinarias não eléctricas, atingem menos de metade do respectivo peso da Comunidade (16% contra 34%)⁵³.

Até aos nossos dias, de uma forma ou de outra, a acção das autoridades económicas — antes e depois da democracia — tem-se pautado por uma decidida intervenção na economia, quer através de investimentos em determinados sectores, quer por via da regulamentação dos mercados de factores e bens. Estas intervenções produzem muitas vezes indicações de mercado contraditórias para os agentes económicos privados. Krugman e Macedo (1981) caracterizaram a economia portuguesa do período pós-revolucionário como uma «economia de mercado politizada», em que o papel dos preços na distribuição dos rendimentos justifica o seu controle político, mas em que a sua função relativamente às decisões de produzir não é substituída pelo controle centralizado das quantidades produzidas⁵⁴.

É interessante notar que, apesar da ruptura do sistema político, o sistema económico — no que diz respeito a este ponto ou a outros já atrás referidos (v. g., os investimentos nos sectores básicos) — não terá sofrido uma comparável «revolução». Efectivamente, a economia corporativa do Estado Novo também se pode qualificar para a designação de «economia de mercado politizada». Embora o condicionamento industrial implicasse de alguma forma o controle da produção, isso só se fazia a nível da capacidade instalada, enquanto os preços eram, tanto quanto se sabe, efectivamente controlados, sendo isso igualmente justificado por razões de ordem distributiva, agora debaixo da ideia de «preço justo».

Sem querer empolar as semelhanças dos regimes económicos anterior e posterior à revolução, deve ainda referir-se uma outra que se reporta igualmente à

⁵² Banco Mundial (1981, pp. 2-4).

⁵³ V. Banco Mundial (1981, p. 67).

⁵⁴ Krugman e Macedo (1981, p. 54).

intervenção do Estado. Segundo Brandão de Brito (1987), o condicionamento industrial teria travado a modernização da estrutura da indústria portuguesa ao privilegiar os investimentos destinados ao alargamento da capacidade produtiva das empresas existentes, em detrimento de investimentos em novos processos ou novas indústrias⁵⁵. A semelhança que se pode notar é que a rigidez das condições no mercado de trabalho criadas depois de 25 de Abril tem levado ao mesmo tipo de problemas, no sentido em que se constata um enviesamento dos investimentos no alargamento da capacidade instalada com o fim de absorver a mão-de-obra existente e excedentária⁵⁶. Também quanto ao controle dos preços e do financiamento das empresas, em vigor ainda na década de 80, é interessante notar as analogias feitas por um empresário que designou aquelas medidas de, respectivamente, condicionamento comercial e financeiro⁵⁷.

4. CONCLUSÕES

Ao analisar-se o crescimento económico de um país mais atrasado do que os seus vizinhos, com os quais a comparação é inevitável, incorre-se muitas vezes no erro de insistir na procura de factores que expliquem o atraso. Muitas vezes também se consideram como causas do atraso factores que lhe estão meramente associados, sem que haja o cuidado de investigar com o rigor pedido à análise económica as relações de causa e efeito.

O mesmo tipo de conclusões se pode fazer relativamente a críticas feitas a medidas de ordem económica tomadas em Portugal no passado, como o recrudescimento do protecçãoismo dos anos 30, o condicionamento industrial ou o corporativismo. Aqui a crítica é pela tomada de medidas e não pela sua ausência, mas as conclusões de ordem geral são semelhantes. O resultado de tudo isto é que em Portugal a política económica teria sido sempre errada, nunca se seguindo opções correctas, por razões de ordem sociológica ou do foro das mentalidades, dos empresários ou dos políticos.

Uma forma mais precisa de distinguir as causas dos efeitos é pelo recurso à repetição dos fenómenos, o que, em economia, significa o recurso à história. A história económica do último meio século, ajudada por algumas indagações sobre o período anterior entre 1920 e 1945, mostra uma sucessão interessante de alterações da política económica, algumas apenas virtuais, que podem ser estudadas a par da análise dos principais traços da evolução da economia portuguesa entre 1945 e 1990.

O objectivo deste artigo não foi o de explicar o atraso e procurar erros nas decisões de política económica, mas sim o de descrever a evolução da política,

⁵⁵ No período 1948-1964 mais de metade dos requerimentos para novos empreendimentos foram rejeitados por via do condicionamento industrial, enquanto apenas 20% dos referentes a alterações nas instalações foram chumbados. V. Brito (1989).

⁵⁶ Banco Mundial (1981, p. 14).

⁵⁷ V. Filomena Mónica (1990, p. 118); v. também João Cravinho (1984, p. 12).

assim como da economia e da indústria em Portugal. Com isso não quisemos chegar a conclusões definitivas, mas sim ordenar alguns factos a partir dos quais se pudessem estabelecer algumas relações importantes.

O resultado mais interessante diz respeito à importância dos comportamentos demográficos para a evolução dos níveis de produtividade do trabalho e, mais importante talvez, para a transformação da estrutura da indústria portuguesa. A ideia de que Portugal é um país de mão-de-obra barata relativamente aos seus principais parceiros comerciais é, em termos gerais, correcta. Dessa ideia não resulta necessariamente, contudo, a conclusão de que o crescimento industrial deve obrigatoriamente concentrar-se nos sectores de utilização mais intensiva de mão-de-obra, por oposição aos de maior utilização de capital, uma vez que não interessam apenas os níveis relativos desses factores em determinado momento, mas também as diferenças nos respectivos ritmos de crescimento ao longo do tempo.

A emigração, que se reflectiu na curva da evolução da população portuguesa até 1973, implicou um baixo crescimento da mão-de-obra e, porventura, o seu encarecimento relativo. Esse facto terá levado à necessidade de investir em sectores de maior utilização relativa de capital, parte dos quais promovidos pelo Estado, sob os auspícios de políticas económicas rotuladas de diferentes modos. Mais do que vontade de favorecer interesses económicos ou de controlar determinados sectores económicos, os investimentos do Estado Novo na chamada indústria pesada e a criação de grupos económicos privados em sectores como a siderurgia, a indústria química ou a construção naval, como se verificou a partir da década de 60, podem estar associados ao fraco crescimento da mão-de-obra resultante da emigração. Deve notar-se que neste caso é possível defender a hipótese de que a emigração foi de facto a causa, e não a consequência, uma vez que ela foi determinada por um factor exógeno, a saber, o diferencial de produtividade, traduzido no diferencial de salários, entre as economias europeias do segundo pós-guerra e Portugal, e o excesso de procura de trabalho na Europa do pós-guerra.

Parte considerável do fraco crescimento da produtividade industrial em Portugal a partir de 1973 deveu-se precisamente ao reverso do que acontecera no período anterior, isto é, ao fim da emigração e ao retorno de população das antigas colónias. Portugal teve de suportar o maior crescimento demográfico registado na Europa ocidental neste período. Apesar de o produto nacional português ter sido aquele que mais cresceu no quadro dos países com que se comparou neste artigo, por causa do crescimento da população, o crescimento de rendimento *per capita* foi dos mais baixos. Do mesmo modo, o crescimento da produtividade industrial foi afectado pelo facto de a mão-de-obra empregue no sector ter crescido consideravelmente, ao contrário do que sucedeu nos outros países.

Pode ser que o período decorrido desde o fim da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias tenha sido demasiadamente curto para que Portugal vencesse o desnível de rendimento médio relativamente às economias mais desenvolvidas da

Europa ocidental. Se isso é verdade, torna-se escusado andar à procura de causas de atraso para a industrialização da economia portuguesa.

Se esquecermos o problema do atraso, podemos encontrar alguns sinais de relativo sucesso da economia portuguesa e da sua indústria, entre os quais se encontram as elevadas taxas de crescimento verificadas nas mais de duas décadas até 1973, assim como a adaptação às mudanças da economia internacional depois desse ano. Contudo, o sucesso, em absoluto, foi o facto de a economia ter sido capaz de absorver em larga medida o aumento da oferta de trabalho, resultante das alterações nas correntes migratórias, e não de quaisquer medidas de política económica, mesmo que isso tenha sido feito à custa de um menor crescimento da produtividade do trabalho e do produto nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ABEL, Andrew B., *et al.* (1977), «A economia portuguesa: evolução recente e situação actual», in *Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa*, Lisboa, The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian.
- AHMAD, J. (1976), «Import substitution and the growth of exports. An econometric text», in *Revue économique*, vol. 27, n.º 2, pp. 286-296.
- ALVES, A. Monteiro, e F. Gomes da Silva (1965), *A Contribuição do Sector Agrícola para o Desenvolvimento Económico em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- AMARAL, J. M. Ferreira do (1947), *Os Novos Caminhos da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Ministério da Economia.
- AMARAL, Luciano (1992), «O plano inclinado do socialismo: sobre o intervencionismo económico do Estado Novo», in J. L. Cardoso e A. Almodôvar, *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, pp. 373-394.
- AMARO, Rogério Roque (1987), «A economia nos primórdios do Estado Novo — estagnação ou crescimento?», in António Costa Pinto *et al.* (eds.), *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos (vol. 1), pp. 233-248.
- BAKLANOFF, Eric N. (1990), «Portugal's political economy, old and new», in K. Maxwell e M. H. Haltzel (eds.), *Portugal. Ancient Country, Young Democracy*, Washington, D. C., The Wilson Center Press, pp. 37-59.
- BANCO MUNDIAL (1982), *Policies for Industrial Restructuring in Portugal*.
- BARBOSA, MANUEL P. (1984), *Growth, Migration and the Balance of Payments in a Small Open Economy: Portugal*, Nova Iorque, Garland.
- BARDINI, C., A. Carreras e P. Lains (no prelo), «The national accounts for Italy, Spain and Portugal», in *The Scandinavian Economic History Review*.
- BARROS, José Augusto Corrêa de (1950), «Uma política de abastecimentos e preços», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 10, pp. 9-33.
- BOLTHO, Andrea (ed.) (1991), *The European Economy. Growth and Crisis*, Oxford, Oxford University Press (1.ª ed., 1982).
- BRITO, J. M. Brandão de (1989), *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra, 1948-1965. O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Dom Quixote.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1974), *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal — Séculos XIX e XX*, Porto, Editorial Inova.
- CAETANO, Marcello (1959), «O planeamento económico em Portugal», in *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, n.º 21.
- CASTRO, A. F. de Morais e (1945), *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional*, Coimbra, Coimbra Editora.
- CISEP (1983-1984), *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Lisboa, Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa (4 vols.).

- CONSTÂNCIO, M. J., A. Pimpão e R. Carvalho (1984), *Uma Estratégia para a Industrialização Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- CORKKIL, David (1993), *The Portuguese Economy since 1974*, Edimburgo, Edinburgh University Press.
- CORREIA, Araújo (1938), *Portugal Económico e Financeiro*, Lisboa, Imprensa Nacional (2 vols.).
- CORREIA, Araújo (1950), *Estudos de Economia Aplicada. O Problema Económico Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.
- CRAVINHO, João (1982), «Sources of output growth in the Portuguese economy, 1959-1974», in *Estudos de Economia*, vol. 2, n.º 3, pp. 271-289.
- CRAVINHO, João (1984), «Prefácio», in M. J. Constâncio et al., *Uma Estratégia para a Industrialização Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- CRAVINHO, João (1986), «The Portuguese economy: constraints and opportunities», in K. Maxwell (ed.), *Portugal in the 1980's*, Nova Iorque, Greenwood.
- DIAS, J. N. Ferreira (1946), *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*, Lisboa, Clássica Editora (1.ª ed., 1944).
- DONGES, J. B., e K-W. Schatz (1985), «Portugal and Spain entering the Common Market. Their industrial competitiveness revisited», in *Estudos de Economia*, vol. 6, n.º 1, pp. 29-48.
- DREZE, J. H., e Charles Wyplosz (1988), «Une stratégie de croissance ambidextre pour l'Europe: l'autonomie par la coopération», in *Revue économique*, vol. 39, n.º 3, pp. 627-640.
- FERNANDEZ CLEMENTE, Eloy (1988), «A história económica de Portugal (séculos XIX e XX)», in *Análise Social*, vol. 24, n.º 103-104, pp. 1297-1330.
- GERSCHENKRON, Alexander (1962), *Economic Backwardness in Historical Perspective. A Book of Essays*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press.
- GOMES, M. Azevedo, H. de Barros e E. de Castro Caldas (1944), «Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 1, pp. 21-203.
- GUEDES, Armando Marques (s. d.), *Para Uma Nova Economia. As Experiências de Política Económica Internacional da Paz de Versailes, 1919-1939*, Lisboa, Livraria Bertrand (1940).
- GUERRA, Eduardo (1967), *Evolução da Economia Portuguesa e Outros Estudos*, Lisboa, Seara Nova.
- HUDSON, Mark (1986), «Portugal to 1990. The challenge of modernization», in *The Economist Intelligence Unit Special Report*, n.º 237.
- JESUS, M. Avelino de (1988), «Quelques aspects de la structure de l'appareil exportateur portugais pendant la période 1974-1982», in *Estudos de Economia*, vol. 8, n.º 2, pp. 181-195.
- KRUGMAN, Paul, e J. Braga de Macedo (1981), «The economic consequences of the April 25 revolution», in Macedo e Serfaty (eds.), *Portugal since the Revolution: Economic and Political Perspectives*, Boulder (Col.), F. A. Praeger, pp. 53-87.
- LAINS, Pedro (no prelo), *A Economia Portuguesa no Século XIX: Crescimento Económico e Comércio Externo, 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LAINS, Pedro, e Jaime Reis (1991), «Portuguese economic growth. Some doubts», in *Journal of European Economic History*, vol. 20, n.º 2, pp. 441-453.
- LEAMER, Edward E. (1984), *Sources of International Comparative Advantage. Theory and Evidence*, Cambridge (Mass.), Massachusetts Institute of Technology Press.
- LUCENA, Manuel de (1991), «Salazar, a 'fórmula' da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário», in *Análise Social*, vol. 26, n.º 110, pp. 97-206.
- MACEDO, J. Braga de, e Simon Serfaty (eds.) (1981), *Portugal since the Revolution: Economic and Political Perspectives*, Boulder (Col.), F. A. Praeger.
- MARQUES, Alfredo (1988), *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal, 1926-1959. As Duas Estratégias do Estado Novo no Período de Isolamento Nacional*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MATEUS, Abel (1994), «Crescimento e estabilização na economia portuguesa», in *Nova Economia*, n.º 8, pp. 18-23.
- MILWARD, Alan (1992a), *The European Rescue of the Nation State*, Londres, Routledge.
- MILWARD, Alan (1992b), «El sector exterior en la expansión de los años cincuenta: comparación de las exportaciones españolas, italianas e portuguesas», in Leandro Prados e Vera Zamagni, *El Desarrollo Económico en la Europa del Sur: España e Italia en Perspectiva Histórica*, Madrid, Alianza.

- MÓNICA, Maria Filomena, *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- MOURA, Francisco Pereira de, (1973), *Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, Seara Nova (1.^a ed., 1969).
- MOURA, F. Pereira de, e L. M. Teixeira Pinto (1958), *Problemas do Crescimento Económico Português*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa.
- MPAT (1993), *Plano de Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território.
- NEVES, João César das (1994), *The Portuguese Economy. A Picture in Figures*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- NUNES, Ana Bela, e J. M. Brandão de Brito (1992), «Política económica, industrialização e crescimento», in Fernando Rosas (ed.), *Portugal e o Estado Novo, 1930-1960*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 307-351.
- NUNES, A. B., M. E. Mata e N. Valério (1989), «Portuguese economic growth, 1833-1985», in *Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 2, pp. 291-330.
- NUNES, A. B., M. E. Mata e N. Valério (1992), «O que sabemos sobre o crescimento económico português nos séculos XIX e XX», in *Estudos de Economia*, vol. 12, n.º 2, pp. 233-237.
- NUNES, Ana Bela, e Nuno Valério (1983), «A Lei de Reconstituição Económica e a sua execução. Um exemplo dos projectos e realizações da política económica do Estado Novo», in *Estudos de Economia*, vol. 3, n.º 3, pp. 331-359.
- OLIVEIRA, A. Águedo (1947), *Portugal perante as Tendências da Economia Mundial*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- OLIVEIRA, César de (1992), «A evolução política», in Fernando Rosas (ed.), *Portugal e o Estado Novo, 1930-1960*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 21-85.
- ONU (1960), «Problèmes de développement en Europe méridionale et en Irlande», in *Études sur la situation économique de l'Europe en 1959*, cap. 7.
- ONU (1964), «Le développement économique en Europe méridionale», in *Études sur la situation économique de l'Europe en 1963*, cap. 3.
- ONU (1970a), «La place du commerce extérieur dans l'économie des pays européens, de 1953 à 1967», in *Bulletin économique pour l'Europe*, vol. 21, n.º 1, pp. 45-69.
- ONU (1970b), «Croissance et évolution structurelle dans les pays occidentaux», in *Études sur la situation économique de l'Europe en 1969*, cap. 3.
- ONU (1972), «Certains aspects de l'évolution du secteur manufacturier en Europe méridionale: production, commerce et transfert des techniques», in *Bulletin économique pour l'Europe*, vol. 23, n.º 2, pp. 51-88.
- ONU (1978), «Le commerce des articles manufacturés entre les pays industrialisés d'Europe occidentale, les pays d'Europe méridionale et les pays en développement», in *Bulletin économique pour l'Europe*, vol. 30, n.º 1, pp. 124-154.
- ONU (1981a), «L'évolution de l'avantage relatif des pays d'Europe méridionale dans l'exportation des articles manufacturés de 1965 à 1978», in *Bulletin économique pour l'Europe*, vol. 33, cap. 4.
- ONU (1981b), «L'évolution structurelle de l'industrie manufacturière en Europe occidentale pendant les années 70», in *Étude sur la situation économique de l'Europe en 1980*, cap. 4, pp. 199-250.
- ONU (1982a), «La part de l'Europe méridionale dans les importations d'articles manufacturés de l'OCDE pendant les années 70: analyse des facteurs demande et compétitivité», in *Bulletin économique pour l'Europe*, vol. 34, cap. 3.
- ONU (1982b), «Évolution récente de la structure de la production et de l'emploi dans l'industrie manufacturière en Europe méridionale», in *études sur la situation économique de l'Europe en 1983*, pp. 108-127.
- ONU (1984), «Facteurs déterminant les résultats obtenus à l'exportation par les pays d'Europe méridionale», in *études sur la situation économique de l'Europe en 1983*, pp. 107-121.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1979), *Política e Economia. Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte.
- PINTADO, Xavier (1964), *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, EFTA.
- PONTES, José Pedro (1982), «Tecnologia e especialização industrial na adesão à CEE», in *Análise Social*, vol. 18, n.º 70, pp. 215-229.

- REIS, Jaime (1992), «The historical roots of the modern Portuguese economy: the first century of growth, 1850s to 1950s», in R. Herr (ed.), *The New Portugal. Democracy and Europe*, Berkeley, Berkeley University Press, pp. 126-148.
- RIBEIRO, J. F., L. G. Fernandes e M. M. C. Ramos (1987), «Grande indústria, banca e grupos financeiros, 1953-1973», in *Análise Social*, vol. 23, n.º 99, pp. 945-1018.
- ROCHA, Edgar (1977), «Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias», in *Análise Social*, vol. 13, n.º 51, pp. 593-617.
- ROCHA, Edgar (1979), «Evolução do défice externo agrícola, particularmente no domínio alimentar, e suas causas», in *Análise Social*, vol. 15, n.º 60, pp. 839-857.
- ROCHA, Edgar (1981), «Especialização e crescimento económico: alguns aspectos do caso português no período de 1960-1974», in *Análise Social*, vol. 17, n.º 66, pp. 293-313.
- ROLLO, Fernanda (1994), *Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Financeira Norte-Americana, 1947-1952*, Lisboa, Estampa.
- ROSAS, Fernando (1986), *O Estado Novo nos Anos Trinta, 1928-1938. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*, Lisboa, Estampa.
- ROSAS, Fernando (1991), «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo, 1934-1944», in *Análise Social*, vol. 26, n.ºs 112-113, pp. 771-790.
- ROSAS, Fernando (1992), «As grandes linhas da evolução institucional», in Fernando Rosas (ed.), *Portugal e o Estado Novo, 1930-1960*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 87-143.
- ROSAS, Fernando (1994), *O Estado Novo, 1926-1974. História de Portugal*, VII vol., Lisboa, Círculo de Leitores.
- SILVA, Armindo (1981), «A indústria transformadora portuguesa e a adesão à CEE. Um estudo das vantagens comparativas reveladas», in *Estudos de Economia*, vol. 2, n.º 1, pp. 61-97.
- SIMÕES, Vítor Corado (1985), «O envolvimento internacional da economia portuguesa: uma análise dos fluxos de investimento», in *Estudos de Economia*, vol. 6, n.º 1, pp. 3-27.
- TELO, António (1991), *Portugal na Segunda Guerra, 1941-1945*, Lisboa, Vega (2 vols.).
- VALÉRIO, Nuno (1984), *A Moeda em Portugal, 1913-1947*, Lisboa, Sá da Costa.
- VAN ARK, Bart (1994), «Sectoral national accounts and structural change for european countries during the post-war period, 1947-1992», The University of Groningen (mimeog).
- VARÃO, A. Proença (1980), «Alguns elementos sobre indústrias básicas em Portugal», in *II Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, Lisboa, The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1075-1112.
- VÁRIOS (1977), *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, Lisboa, The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian (2 vols.).
- VÁRIOS (1980), *II Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, Lisboa, The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian (2 vols.).
- WALLICH, Henry C. (1982), *O Sistema Financeiro Português*, Lisboa, Banco de Portugal (1.ª ed., 1951).